

A dimensão afetiva da família
“Assim caminha a humanidade”
A família na Constituição
A instituição familiar vai mal mas a família ... vai bem, obrigado!
Vencendos preconceitos
Por que tantas separações?
Matrimônio é Sacramento?
Divorciados que voltam a casar-se
Atuar sobre as causas
A assim chamada “família incompleta”
O prazer de estar juntos
Os movimentos e as “famílias incompletas”

personas

fato e razão



Ética: muito discurso,
pouca prática

Movimento Familiar Cristão

Recado ao leitor

Mais uma edição especial da sua revista chega a suas mãos, caro leitor.

Este número está dedicado à ética, em seus múltiplos aspectos. É o tema mais presente neste momento histórico da vida do país.

Podemos afirmar que a crise ética que se instalou desde as ações para o afastamento do presidente da República, deu lugar a uma verdadeira revolução ética, em todos os setores das atividades humanas, culminando com a poderosa linguagem das urnas.

O MFC elegeu a ética como tema do seu Encontro Nacional. Outros movimentos e organismos diversos vêm fazendo o mesmo. Multiplicam-se cursos e seminários sobre ética nas escolas e universidades.

Este número de FATO & RAZÃO oferece ampla matéria para quem quer se preparar e ir fundo nessas questões.

Esperamos que esta edição especial de sua revista lhe seja útil, amigo leitor.

S. & H.A.

Editor
Movimento Familiar Cristão
Conselho Diretor Nacional
José Ione Assis
Elza Diniz
Antônio e Sebastiana Leão
Ilma Silva
Magdalena Rego
José e Maria Nilza Mendes
Antônio e Marcolina Santá
Clara Lucia Martins
Lemir Pedroso
Ermelinda Probst

Equipe de Redação
Beatriz Reis
Selma Amorim

Assessoria
IIBF - Instituto Brasileiro
da Família

Brasil de todos
rito por todos

Atribuição e Correspondência
MFC
Av. Espírito Santo, 1059/1109
(031) 222-5842
30-031 Belo Horizonte MG

fato e razão

Sumário

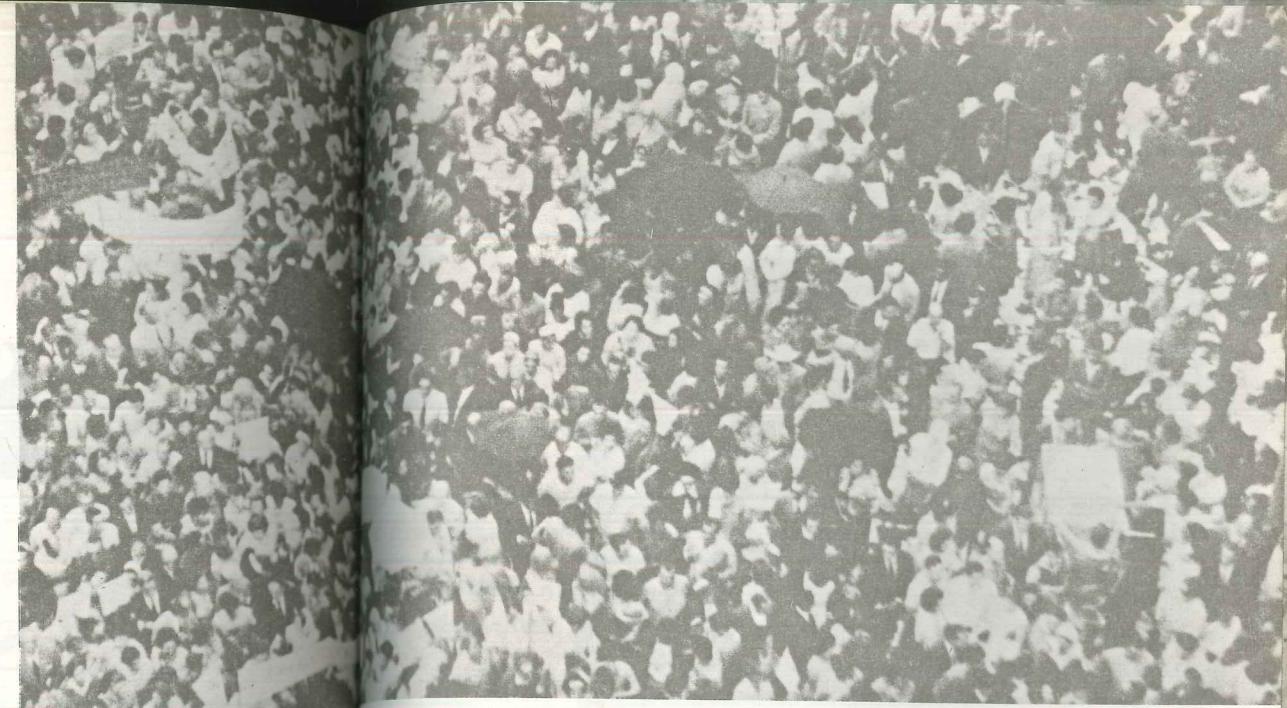
Ética: muito discurso, pouca prática	2
Construindo uma sociedade alternativa	4
Um sonho: o consenso pelo Brasil	7
Promoção dos valores éticos	10
Diversas faces da mesma crise	19
Questões éticas na Conferência do Cairo	23
"As mulheres e os escravos não são cidadãos"	26
Anti-feminismo na Bíblia?	30
Igreja e ética	32
Sacramentos: símbolos de liberação	37
A ética na Bíblia	45
Tortura: a morte da ética	50
A peste	52
Espiritualidade e ética	54
A responsabilidade da Igreja	62
Surpresa e alegria	64
A partilha do abraço e do pão	72
Família: berço da ética	74
Teologia do pão repartido	75
O jogo da ética	78
Por que a ética foi jogada para escanteio ..	80

Ética: muito discurso, pouca prática

Se alguém acha que o tema já está muito batido, prepare-se! Temos que ir fundo nessas questões que envolvem princípios éticos. Vamos revirar pelo avesso todas as grandes questões éticas e descobrir o que é que nós temos com isso. Porque a ética nos interpela e desafia em cada minuto da nossa vida. Não é um assunto distante que só tem que ver com os políticos e homens públicos.

Temos sido testemunhas de uma verdadeira revolução ética no mundo. Itália, Japão, Inglaterra e tantos outros países derrubaram e prenderam gente importante metida em grossas negociações. Lá se foram políticos, deputados, senadores, empresários para cadeias desses países.

No Brasil, caiu um presidente, foram cassados deputados que ma-



nipulavam o orçamento da nação ou negociavam seus mandatos por alguns dólares. É bem verdade que muitos escaparam, para nossa indignação.

Mas não faz mal. A luta continua. Os valores éticos ainda têm de prevalecer no nosso país. O povo é honesto, apostozinho sonegado, a "cola" na cada vez menos ingênuo e já aprendeu a fazer barulho nas ruas. Quem precisa de voto passou a ter medo do patrulhamento dos cidadãos, antes tão distraídos e agora tão atentos a qualquer deslize.

Neste número de Fato e Razão, vamos rever as nossas práticas do dia-a-dia, na família, na nossa vida profissional, nas nossas relações sociais, no esporte e no lazer, na escola ou no trabalho, nos negócios e no exercício da cidadania. Nossos comportamentos, atitudes, iniciativas

agônes cotidianas afirmam e confirmam os princípios éticos que promovemos?

O nosso primeiro impulso é responder correndo: sim! Mas logo nos vêm à mente algumas lembranças desagradáveis e mal resolvidas. Aquele apertozinho sonegado, a "cola" na hora de dar duro deixando para os outros as tarefas mais pesadas, o apelo nos colegas para conseguir promoção talvez não merecida, a ameaçação sobre o marido, a esposa ou os filhos para que prevaleça sempre o que me interessa, a omisão diante da injustiça, da fome, da miséria...

Sim, parece o velho exame de consciência há muito tempo fora de moda. Mas ética é isto. É a orienta-

ção das nossas práticas para a humanização nossa e dos outros. A humanização é a balisa em que se enquadram os nossos princípios éticos, inspirados na visão cristã do homem e do mundo.

Vamos confrontar-nos então com esses princípios e rever nossas práticas. Talvez esse exercício nos leve a algumas mudanças de comportamentos e atitudes. E assim, com mais coerência e lucidez, vamos continuar brigando contra os grandes fraudadores, os espertos administradores de dinheiros públicos, os políticos desonestos e os que exploram o nosso povo sofrido. Para que brilhem, no nosso país, os princípios éticos que inspiram cada ação, cada gesto ou atitude da nossa vida pessoal, familiar, comunitária de cada dia.

Construindo uma sociedade alternativa

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Sociólogo, Professor da UFJF

A vitória do Ocidente capitalista na guerra fria trouxe como consequência a crise das utopias: foi abolido todo projeto de sociedade humana que não seja estruturado sob as leis implacáveis do mercado. Prevalece hoje um pensamento liberal para o qual a utopia de uma sociedade solidária e justa está fora de cogitações. O máximo que o mercado total nos permite desejar são os pequenos redutos de vida comunitária, onde, nos fins-de-semana nos relacionamos como seres humanos, deixando de lado a concorrência mortal pelo sucesso econômico. Fora disso, falar de sociedade alternativa é tido como insensatez.

No entanto, cristãos que nos julgamos sensatos, aceitamos ser chamados de construtores de uma sociedade alternativa, como fez agora D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, retomando a expressão cunhada por João Paulo II em 1981. Portadores de utopia, sim, porque não nos submetemos à crença de que a sociedade de mercado realmente existente, inclusive no

primeiro mundo, seja o que a humanidade pode almejar de melhor. Afirmamos que ela não é a concretização do projeto de Deus para suas criaturas; nem para nosso devastado Planeta nem para os seres humanos. Sabemos que a Utopia está em crise, mas nos negamos a admitir que ela possa desaparecer e que nosso horizonte histórico seja delimitado pela sociedade de mercado.

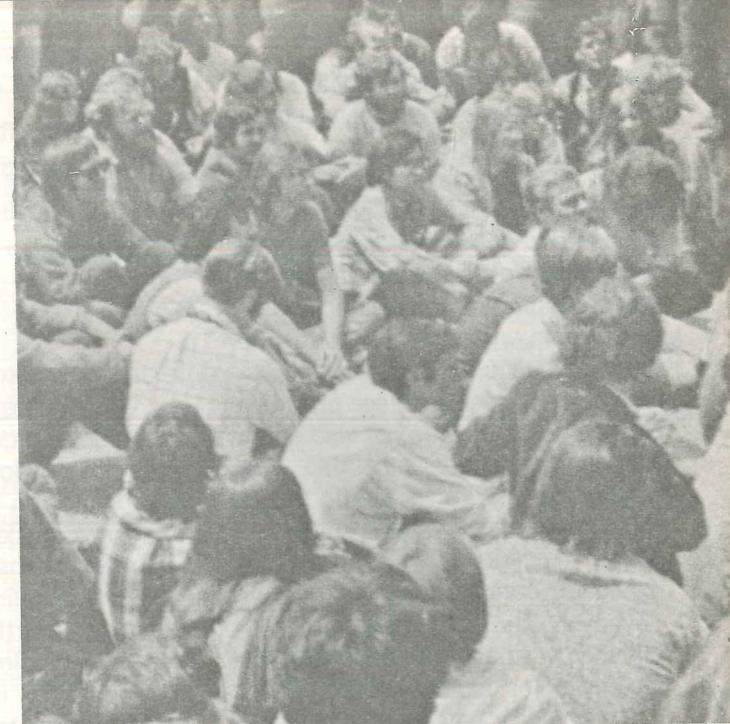
Para nós, construtores de uma sociedade alternativa, utopia não é sinônimo de irreal ou irrealizável. Ao contrário, é a realidade última dos nossos projetos porque é ela que lhes dá consistência e coerência, como a pedra de fecho das abóbadas. Realidade distante dos que temos os pés no chão e que apenas se vislumbra no horizonte, mas nem por isso menos real. É isso que a distingue do sonho (que, por ser fantasia, permite o livre jogo dos sentimentos e desejos), ou da Esperança escatológica (que só poderá realizar-se pela intervenção divina como afirma o dogma da resurreição dos corpos). Uma utopia é humanamente realizável, mesmo se requer o trabalho de muitas gerações. É o caso, por exemplo, da uto-

pia do profetismo de Israel, o cristianismo primitivo, o comunismo utópico ou o internacionalismo socialista, cada qual a seu modo, têm afirmado que a ordem estabelecida não é definitiva e que uma sociedade verdadeiramente humana é mais que um sonho: é a meta última da nossa práxis.

pia da igualdade racial; embora ainda distante, dela já nos aproximamos muito em relação ao século passado.

E aí estamos: construtores de uma sociedade alternativa, somos herdeiros de experiência/saudade da confederação das tribos de Jayé no século XIII aC. Em continuidade com os mais diferentes movimentos sociais, desde o profetismo de Israel ao cristianismo primitivo, do comunismo utópico ao internacionalismo socialista, cada qual a seu modo tem afirmado que a ordem estabelecida não é definitiva e que uma sociedade verdadeiramente humana é mais que sonho ou esperança escatológica: é a meta última da nossa práxis.

Utópicos sim, e por isso mesmo realistas, precisamos sempre distinguir a utopia e os projetos que são



susas necessárias e provisórias mediações. Em outras palavras, o senso do real obriga a construir a utopia a partir do chão. Se a abóbada é a culminância da construção que dá equilíbrio ao conjunto, para lá chegar é preciso primeiro assentar os alicerces, montar os andaimes e subir as colunas.

Esta reflexão ajuda a esclarecer o debate que está sendo levantado pelo processo eleitoral do corrente ano. Sua importância não reside tanto na escolha do partido e seus candidatos ou candidatas, quanto na definição de um projeto social, político e econômico para o Brasil. Radicalmente confiante na utopia de uma sociedade alternativa, há quem perca o senso do real e proponha a abolição da ordem vigente para começar tudo do zero, como se as estruturas sociais e econômicas se

amoldassem à vontade política dos eleitos e a revolução estivesse ao alcance de suas mãos.

Já quem tem os pés no chão sabe que é viável um projeto que considere a realidade da economia de mercado e da cultura capitalista. Nossa utopia nos torna críticos desse sistema, mas não impede que vejamos que em 1989 o Brasil expressou seu desejo de ser **primeiro mundo**. É justamente por isso que a elite dirigente brasileira não tem projeto viável para apresentar à nação. Propõe um capitalismo integrado no mercado mundial, em pé de igualdade com as sociedades mais desenvolvidas, mas nada faz para eliminar o **apartheid social** de cujos privilégios usufrui.

Inspirados pela utopia de uma sociedade justa e solidária, e suficientemente realistas para não apresentar projetos inviáveis, afirmamos que só se assenta sobre chão firme um projeto de desenvolvimento da economia de mercado que elimine o **apartheid social**.

Concretamente, isso implica realizar pelo menos 5 reformas indispensáveis ao desenvolvimento capitalista: (I) Reforma agrária com efetiva redistribuição de terras e apoio à produção agrícola; (II) Redistribution dos rendimentos, com aumento real do salário-mínimo; (III) Reforma tributária que incida sobre o patrimônio e que combatá a sonegação; (IV) Redução substancial dos desembolsos da dívida externa; e (V) Reforma social e política que crie uma cultura política fundada na democracia e na cidadania como direi-

Utopia não é sinônimo de irrealizável mas realidade última dos nossos projetos, como a pedra de fecho das abóbadas.

to de todos, sem privilégios.

Certamente outras reformas igualmente urgentes poderiam ser lembradas. Não nego sua importância dentro de um projeto global; apenas assinalei aqui as cinco medidas indispensáveis à modernização do capitalismo brasileiro, eliminando o **apartheid social** e resolvendo os problemas básicos da nossa população. Reformado, o capitalismo poderá tornar-se um patamar para a viabilização de novos projetos que nos aproximem da utopia da nova sociedade.

Resta saber quem conduzirá esse projeto de reformas. A meu ver, o papel protagonista nesse processo histórico cabe ao movimento popular que no campo e na periferia urbana, no local de trabalho e de moradia, na igreja e no partido político, vem organizando as classes e grupos subalternos. Nós, os profissionais de nível universitário, só somos dignos do título de **construtores da sociedade alternativa** na medida em que soubermos colocar nossa capacidade de pensar e de agir a serviço dessa grande causa. Afinal, sem bons serventes não há pedreiros que construam uma catedral digna do projeto de Deus para a Terra e a Humanidade que nela habita.

• Que propostas temos para o nosso país?

Eleição gigante no país

Um sonho: o consenso pelo Brasil

D. Lucas Moreira Neves
Cardeal Arcebispo de Salvador

No momento em que rabisco essas notas, não se tem certeza de quem foi ou não foi escolhido nas eleições de 3 de outubro. Pode haver surpresas mesmo para quem aceita a sentença do velho político mineiro dos anos 50: "Quando as urnas começam a falar mal de um candidato, é raro que passem a falar bem..."

É, portanto, tempo não-suspeito, um momento apropriado para escrever sem ser acusado de estar fazendo referências, por demais diretas, a pessoas, grupos, partidos e facções.

Este preâmbulo ajuda-me a introduzir nesta coluna de jornal, dois dias após as eleições do primeiro turno, duas opiniões – duas convicções – diferentes, mas complementares. A primeira concerne aos milhões de brasileiros, que anteontem praticaram o gesto cidadão de colocar seu voto na urna. A segunda convicção diz respeito àqueles e àquelas que nas eleições receberam encargos e responsabilidades de maior ou menor projeção na condução do país.

Aos brasileiros em geral, sendo um deles, sinto o impulso de dizer, como se falasse só a mim mesmo, que não basta votar: é indispensável acompanhar, depois, o fruto das

eleições na pessoa dos eleitos. Que estão fazendo com o voto que lhes dei? Que estão fazendo, não pelos meus interesses individuais, mas em benefício da Nação como um todo?

Acompanhar os eleitos, sim, senhor, em termos de averiguação e cobrança. Ao votar, o eleitor escolheu alguém não por simpatia pessoal, mas pelo ideário que apresentou, pelas causas que declarou defender e promover, pelo programa de metas que propôs, pelas forças políticas e recursos com que conta. Eleitos os candidatos, o conjunto de eleitores tem o direito de reclamar deles coerência e fidelidade aos compromissos que assumiram quer pessoalmente, quer por intermédio dos partidos que os apóiam.

Todavia, a simples cobrança pode converter-se em *abdicação e transferência* das responsabilidades dos cidadãos individuais nas mãos da classe política. Para que assim não aconteça, é preciso que a mesma cobrança se alie a um verdadeiro compromisso pessoal de cada cidadão. Compromisso básico com os princípios do Bem-Comum. Compromisso com as exigências éticas ligadas à promoção do mesmo Bem-Comum. O comportamento ético de

cada cidadão na família, na profissão, na cidade, na convivência social torna-se uma forma de cooperação com seus concidadãos e concidadãs que, por livre opção, abraçam a política não como benesse ou como autopromoção, mas como serviço. Neste sentido, não há um só cidadão ou cidadã excluído: de modo diverso, segundo sua posição social e formação cultural, todos têm um serviço a prestar. Os governantes assumem uma responsabilidade importante, mas não exclusiva no jogo da construção do Bem-Comum.

Aos eleitos, antes mesmo de conhecer-lhes o nome, a fisionomia e a biografia, envio, por antecipação, congratulações e votos de feliz exercício do seu mandato. Envio também uma mensagem portadora de... não sei bem como chamá-las: sugestões? advertências? conselhos? Coisas, em todo caso, recolhidas dos lábios do nosso povo.

A primeira atitude que esse povo espera dos homens públicos é ética claramente assumida e vivida, quer na vida pessoal, quer no exercício da função cívica. Nada é mais devastador na vida política do que a corrupção erigida em prática corrente, quando não em princípio orientador: disso fizemos dramáticas experiências num passado recente. Honestidade, lisura, senso de responsabilidade dos homens públicos, tanto no manuseio dos dinheiros como no trato das questões públicas, é condição indispensável para a ordem, o equilíbrio e o desenvolvimento de um povo.

O que é primordial, o senso ético ou a competência e o bom preparo? Pessoalmente não vejo sentido na pergunta, pois uma forma de pra-

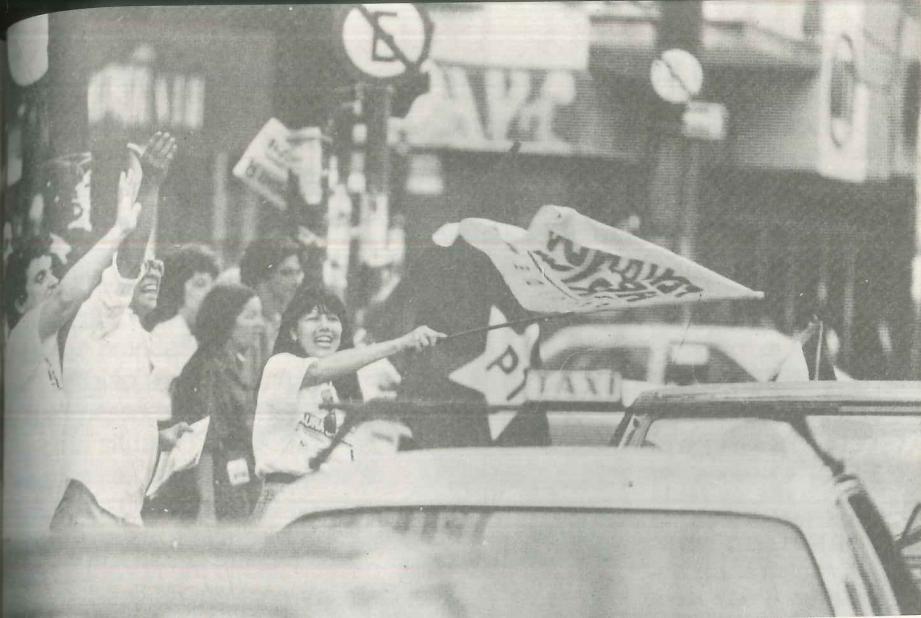
A primeira atitude que o povo espera dos homens públicos é ética, claramente assumida e vivida.

ticar a ética na política é não praticar a política sem competência, sem as qualidades humanas necessárias, sem o devido preparo e constante atualização.

Quando estamos para iniciar nova etapa na história política do nosso país, considero imprescindível e urgente um pacto sociopolítico entre todas as forças influentes na condução do mesmo país.

Tal Pacto, fruto de um esforço de consenso em vista do Bem-Comum, deve entabular-se e selar-se entre alguns parceiros mais determinantes. O país não resiste muito tempo mais às divisões e rupturas devidas à polarização partidária. Será danoso para o Brasil analisar o resultado das eleições à luz do esquema vencedores x vencidos. Danoso igualmente imaginar um governo paralelo dirigido pelos perdedores. O Brasil pede um generoso entendimento entre os partidos e as pessoas, mesmo se, na refrega das eleições, estas e aqueles se ofenderam mutuamente. É hora não de enfrentarmos irreversíveis, mas de colaboração em favor da Pátria, daquele grande Pacto que mencionei acima.

O Pacto deverá fazer-se também entre as classes políticas e o povo. Na mente popular reinam descrença e desconfiança com relação aos políticos, sentimentos derivados



"Recentes eleições levaram 80 milhões de eleitores às urnas em manifestação de solidariedade democrática sem igual."

escândalos, de 1990 para cá. O Congresso, que vai nascer das eleições, desde suas primeiras tomadas de posição e seus primeiros comportamentos tem de inspirar confiança ao povo, funcionando sempre em favor e a serviço das massas populares mais urgentes.

O Pacto deve englobar forçosamente o empresariado nacional na relação com o povo: as massas populares, com efeito, desconfiam das grandes empresas nacionais e estrangeiras (ou trans) nacionais. Acreditam que elas estão enredadas na trama macilenta do capitalismo selvagem de um neoliberalismo não menos sensível aos sofrimentos do povo. Por isso, não querem a promoção humana dele. Estão essas massas na expectativa de provas concretas

de verdadeira solidariedade da parte das empresas. Por outro lado, este povo que, nas eleições, demonstrou certa confiança no plano econômico a ele proposto, para não sair desengonçado, exige dos poderes públicos constância na aplicação do plano e exige do empresariado que não ponha a perder o plano pela ideologia do lucro já e a qualquer preço, pela especulação e o aumento criminoso dos preços.

A eleição, como nenhum outro evento político de qualquer natureza, não terá êxito positivo por si só, isoladamente. Só a participação consciente do povo e das elites garante aquele êxito. É esta co-participação de todos que eu desejo, ao falar de um grande pacto nacional operativo.

"Se desejas dialogar, não te imponhas como inevitável total. Vai como encela..."
(D. Helder Câmara)

Promoção dos valores éticos

Todos sentimos que, de anos para cá, os costumes da sociedade mudaram muito. Está havendo um modo de pensar, de agir, de viver fora dos princípios éticos até há pouco tempo respeitados e aceitos. É o que se chama de crise ética. Pior ainda é a crise da Ética, isto é, aceita-se como "natural" esta nova situação, como se não houvesse norma para reger os atos humanos tanto particulares, como públicos. Falta aceitação da necessidade da Ética, que compreende os valores capazes de garantir a realização pessoal e social do ser humano, conforme sua dignidade e o sentido de sua vida.

É geral esta crise, não só brasileira, mas característica da vida moderna. Atinge a família, as modas, a escola, os negócios, sobretudo os meios de comunicação social e as atividades políticas. Não há dia sem notícias de desonestade pública, de corrupção, de abuso de poder, de exploração, de licenciosidade, de violência, de humilhações aos necessitados de atendimento ou até de justiça.

Faz-se necessário que lutemos todos para superar esta degradante situação, para erradicar a corrupção e para implantar séria e profunda reforma das instituições. Isto é possível. Há sinais de que, em muitas áreas, já se buscam novos caminhos éticos.

Pronunciamento dos Bispos brasileiros no encerramento da Assembléia da CNBB, de 1993.

Crise e Redescoberta da Ética

Na atual situação de crise podemos, reconhecer sinais de redescoberta da ética.

Na sociedade de hoje, econômica, política, ciência e técnica seem a sua própria lógica, sem referência à religião ou à ética. Assim, o bem das pessoas é sacrificado e se torna uma situação em que é muito reduzida a preocupação com o bem comum. Os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos e levados a lutar cada um por si.

Em oposição a isso, manifesta-se a resistência de pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais que buscam manter vivas as exigências éticas nos diversos campos da atividade humana.

Neste contexto, a sociedade atual estimula e alimenta o individualismo, que privilegia as opções e decisões do indivíduo, considerando exclusivamente seus próprios interesses. Diz-se, com freqüência: "você decide". É verdade que cada um é chamado a tomar decisões pessoais. Mas é falso pensar que cada um pode decidir apenas a partir de seus "gostos" particulares.

Na decisão deve-se prestar atenção à voz da consciência que diz: "Faça o bem e evite o mal". Cada um tem o dever de formar a consciência procurando a verdade e discernindo o que contribui para o bem.

O individualismo tão exacerbado em nossos dias leva muitos a assumir como princípio de vida: "Cada um para si"... Corrói-se, por dentro, o sentido de fraternidade e de solidariedade.

Pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais buscam manter vivas as exigências éticas nos diversos campos da atividade humana.



riedade. É quase como repetir a palavra de Caim: "sou eu o guarda de meu irmão?" (Gn 4,9).

Alegria-nos constatar que em contraposição à tirania do individualismo, surgem hoje muitos sinais concretos de autêntica busca da solidariedade, especialmente através de grupos, movimentos e organismos que lutam pela defesa e promoção da vida.

No Brasil, o sistema colonial e escravocrata consagrou a desigualdade e reforçou a arrogância do mais forte. Diz-se muitas vezes: "Quem pode, pode". Quem tem poder (econômico ou político) acha que pode fazer o que bem entender, gozar dos privilégios que quiser, usar da violência e esbanjar a riqueza. Tudo isso se opõe frontalmente ao princípio elementar da justiça e estimula o recurso à violência.

À lei do mais forte opõem-se a consciência da dignidade humana e a defesa dos direitos dos fracos.

São muitas as iniciativas de defesa dos direitos, de luta pela cidadania e, não obstante certa desmobilização que hoje se constata no Brasil, surgem iniciativas que estimulam a união dos pequenos, o respeito à lei, a participação na edificação do bem comum, a busca do estado de direito e o fortalecimento da democracia.

A convivência social se deteriora não apenas pela violência, mas hoje sobretudo pela corrupção. Ela criou raízes profundas e temos dificuldades em erradicá-la de nosso País. Deformou-se a bela palavra atribuída a São Francisco de Assis: "É dando que se recebe". Muitas vezes, os que deveriam ser os primeiros defensores e promotores do bem co-

Em oposição ao individualismo, surgem hoje muitos sinais concretos de autêntica busca de solidariedade, de luta pela defesa e promoção de vida.

mum passam a defender seus próprios interesses através de negociações escusas. Dividem-se vantagens ilícitas, desvia-se o dinheiro público para atender interesses particulares, mantêm-se mordomias, vantagens e altos salários que afrontam a miséria de nosso povo. A impunidade e a morosidade da Justiça acabam estimulando a prática da corrupção em detrimento do bem comum.

Sabemos que a luta contra a corrupção tem ainda pela frente longo caminho por percorrer. Mas nos parece promissor o questionamento a políticos que distanciam seus interesses das aspirações dos eleitores, mostram pouca transparência no agir e se envolvem na corrupção ou no abuso do poder. As iniciativas contra a corrupção são ético que surge do contraste entre a esperança de uma renovação profunda da política e da sociedade.

Promissor também é o desempenho de políticos que, com honestidade, generosidade e sacrifício, dedicam ao bem comum, aos quais não deve faltar o nosso estímulo e reconhecimento do povo.

A desigualdade gera, de um lado, situações de injustiça e de pobreza e, de outro lado, leva o povo à prática do "jeitinho", da esperteza, da malandragem e da busca da sorte. Daí o gosto pelos jogos de azar.



também pela atuação de muitos leigos que buscam colocar em prática o ensino social da Igreja.

Se, de um lado, constatamos a crise ética e de ética, de outro lado, verificamos a recriação da ética pelos movimentos sociais para novos estilos de vida marcados pelo sentido da liberdade e da solidariedade, bem como a abertura para a experiência do sagrado na vida humana.

Como pastores, reafirmamos "Cristo, medida de nossa conduta moral" e sentido pleno de nossa vida (cf. SD 231). A proclamação e implantação do Reino de Deus, por parte de Jesus é anúncio profético de felicidade para todos os que acolhem sua boa-nova. Este se transforma em exigência ética na "moral das bem-aventuranças", que concentra a Lei nos mandamentos do amor a Deus e ao próximo, amor gratuito, universal e capaz de perdão e reconciliação.

Anunciamos Jesus Cristo res-

suscitado, princípio de toda Evangelização, raiz e fundamento dos valores éticos que devem penetrar no coração e nas estruturas da sociedade.

A Igreja se sente responsável, não somente por anunciar a mensagem evangélica, mas também por indicar princípios e normas morais, tanto no plano individual quanto na ordem social, na medida em que os considera necessários à salvação e ligados aos direitos fundamentais das pessoas.

II – Em Busca de Respostas

Tanto uma ética plenamente humana quanto as exigências éticas do Evangelho nos impelem a dar passos indispensáveis à renovação da pessoa e da sociedade. É fundamental superar a distância entre ética pública e ética privada, isto é, entre a responsabilidade pelo bem comum e a realização pessoal. Não são dois caminhos, não são duas éticas, mas um único projeto de renovação pessoal e social.

Ética pública

Um projeto comum de sociedade eticamente regulado exige uma proposta ética iluminada pelos princípios de solidariedade e participação.

Ética na política

A vida política deve reencontrar sua dignidade na edificação da sociedade humana, onde todos têm oportunidade de realização pessoal e de comunhão solidária. Recupera-



A vida política deve reencontrar sua dignidade na edificação da sociedade humana.

se o espírito público adotando estruturas e instituições adequadas, que exige decisões políticas consistentes. Um primeiro passo se impõe: a correta relação entre o que é público e o que é particular.

No entanto, a recuperação da ética passa pela moralização dos políticos como verdadeiros "homens de Estado" e não "negociantes de poder", enredados em jogadas pessoais. Isto exige romper os laços entre política e negócios privados.

Os serviços públicos, para serem éticos, devem ser acessíveis, eficientes, com critérios humanos, com sensibilidade social. O parasitismo, o mau atendimento aos usuários, a irritante morosidade, a irresponsabilidade, o descaso aos doentes... desafiam uma educação para o "senso do serviço" ao nosso povo já tão necessitado.

O Documento de Santo Domingo faz um diagnóstico sombrio desta realidade para toda a América Latina. A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progridem a demagogia, o populismo, a "mentira política" nas promessas eleitorais; se a justiça, generaliza-se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do crime... (SD 233).

Ética na economia

O primeiro desafio, que brota da luta pelos pobres, apontado no documento de Santo Domingo é promover uma nova ordem econômica social e política" (SD 269). A exigência ética fundamental é que a nova ordem se construa sobre bases de uma "economia solidária, real e eficiente" (SD 201).

As Diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil (1991-1994) afirmam que o modelo econômico neopublico e o que é particular.

Cabe à sociedade promover a democratização dos MCS e a educação para o senso crítico. A justa liberdade de expressão supõe a subordinação a critérios éticos.

Os Meios de Comunicação Social têm um papel fundamental na tarefa de informação, formação e promoção cultural a serviço do bem comum. Para manter uma informação livre e honesta, os Meios de Comunicação Social precisam superar uma situação de quase monopólio. Não podem ser geradores de necessidades fictícias, de falsas expectativas, de exploração da violência e da pornografia, nem, menos ainda, manipuladores das massas visando a objetivos partidários, enaltecedo ou derrubando instituições ou pessoas.

O modelo econômico neo-liberal se caracteriza pela separação entre a economia e a ética, fazendo prevalecer o individualismo e o corporativismo empresarial e sindical.

não pode ser garantida por simples mecanismo de mercado" (CA 40). Além do Estado, tem também a empresa um papel social.

Ética nos Meios de Comunicação Social

A sociedade tem o direito à informação fundada na verdade, na liberdade, na justiça e na solidariedade.

Cabe à sociedade promover a democratização dos MCS e a educação para o senso crítico. A justa liberdade de expressão supõe a subordinação a critérios éticos.

Os Meios de Comunicação Social têm um papel fundamental na tarefa de informação, formação e promoção cultural a serviço do bem comum. Para manter uma informação livre e honesta, os Meios de Comunicação Social precisam superar uma situação de quase monopólio. Não podem ser geradores de necessidades fictícias, de falsas expectativas, de exploração da violência e da pornografia, nem, menos ainda, manipuladores das massas visando a objetivos partidários, enaltecedo ou derrubando instituições ou pessoas.

Ética Profissional

O exercício de qualquer profissão na sociedade submete-se a normas éticas. A falta de formação ética de muitos profissionais é responsável por desvios da própria sociedade. O ensino da Ética nas Universidades e nos Centros de Formação possibilitaria a nossos profissionais exercer um serviço ao bem comum.

A pesquisa científica conforme às exigências éticas cumpre sua missão, especialmente num país como o nosso, quando comprometida com as necessidades, prementes da população.

Ética Pessoal

Não é admissível dissociar a ética da vida pública e profissional da ética pessoal e familiar.

Corpo e Sexualidade

A pessoa humana se descobre a si mesmo como ser sexuado, portador de uma energia que o impele para a comunicação com o outro, e torne possível o encontro entre seres humanos conscientes e livres. Assim se conquista a personalização e a integração entre as pessoas em nível afetivo e social, caminho privilegiado para o relacionamento com Deus.

A sexualidade, por fundamental à vida humana, quando instrumentalizada ou absolutizada, converte-se em instrumento de alienação e despersonalização. O prazer, quando reduzido à genitalidade, pode ser um mecanismo para afastar as pessoas



O permissivismo desvirtua e banaliza a sexualidade, movido por poderosos interesses comerciais.

do sentido oblíquo do amor. Isso, tudo que banaliza o sexo e amor conjugal fere a dignidade do humano. É necessário reeducar para que se evitem os males da permissividade, da licenciosidade, das experiências extra-conjugais do casal, dos desvios de comportamento. Uma bem orientada educação sexual, que se não restrinja apenas a explicações biológicas, mas se extenda para a compreensão das finalidades humanas da sexualidade, certo, terá grande alcance pedagógico. E de se esperar da família, escola, dos Meios de Comunicação Social e da Igreja valiosa colaboração para que a pessoa humana possa valorizar a sexualidade como dom de Deus.

Promoção da Vida e da Família

A crise ética se manifesta também pelas campanhas abortivas e antinatalistas provêm de uma concepção que considera a fertilidade das famílias pobres como causa preponderante da problemática social.

O permissivismo que admite todo e qualquer comportamento sexual como isento de conotação moral desvirtua o sexo e deforma a consciência sobretudo dos jovens ainda em formação.

O corpo não é mero objeto de natureza biológica. No corpo e pelo corpo nos realizamos pessoal e socialmente. Não pode ele ser reduzido à perspectiva privada e egoísta: "sou dono do meu corpo, faço dele o que eu quiser".

A visão ética e cristã da sexualidade é essencialmente ligada à dignidade da pessoa humana. A grandeza e nobreza da vida sexual pro-



Marcelo Theobald — 30/08/93

A terrível chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, é um dos muitos e chocantes exemplos do aumento de violência na sociedade, mas não se justificam as reações dos que pedem a pena de morte, pretendendo responder com a mesma violência àquele problema.

A crise ética também se manifesta pelo aumento da violência, atentados à vida humana e à sua dignidade, e pela desagregação da família. A vida humana é sagrada.

da Vida" (CA 39) e "célula primeira e vital da sociedade" ("Familiaris Consortio", 42).

Promover a Vida hoje significa urgir as exigências humanas e evangélicas do amor conjugal, contra os fermentos de dissolução dos laços de fidelidade e indissolubilidade do matrimônio, rompidos pelo divórcio e negados pelas uniões livres.

Outro campo que demanda a defesa da vida é a ecologia. Torna-se urgente conjugar o desenvolvimento com o respeito ao meio ambiente. Como diz o Documento de Santo Domingo: as propostas de desenvolvimento têm de estar subordinadas a critérios éticos. Uma ética ecológica postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e solidariedade como valores indispensáveis (cf. SD 169).

Na tarefa de buscar novos caminhos para a ética não basta apontar os sintomas da crise, mostrando-lhes as causas. Nem mesmo é suficiente atacar seus efeitos maléficos na sociedade e nas consciências. Faz-se necessário o esforço de todos para a formação da consciência ética. A Igreja sabe que esta ta-

- *Como vemos, hoje, a crise ética na sociedade, e no nosso pequeno mundo familiar?*
- *Quais as reações aos diferentes aspectos dessa crise? Exemplos.*
- *De que forma um determinado modelo econômico pode influenciar positivamente ou negativamente, o comportamento das pessoas? Exemplos de desvios éticos motivados pelo modelo econômico vigente.*
- *Quais as causas da violência, em suas diferentes manifestações? Causas mais visíveis, causas mas remotas das causas mais próximas.*
- *O que podemos fazer, concretamente, para mudar alguns aspectos dessa atual crise ética? Como podemos agir mais efetivamente sobre as causas de tantos desvios éticos?*

Uma ética ecológica se baseia no princípio do destino universal dos bens da criação e na promoção da justiça e solidariedade.

Diversas faces da mesma crise

refa cabe não somente a ela, mas toda a sociedade da qual ela faz parte. Seria impossível levá-la adiante sem diálogo amplo e compartilhado. Unimo-nos aos vários segmentos ou classes sociais, governo e povo, empresariado e organizações sindicais, instituições representativas das diversas etnias, culturas e religiões para a construção de uma sociedade justa e solidária, baseada na promoção dos valores éticos,

Os fatores da crise ética da sociedade têm gerado a falta de honestidade, a corrupção, o abuso de poder, a exploração institucionalizada e a violência, mas também a incerteza das consciências.

Ao oferecermos estas ponderações ao povo do nosso País, pedimos ao Criador faça germinar as boas sementes que ele depositou no coração e na consciência de toda pessoa humana.

Mensagem dos Bispos brasileiros reunidos na Assembléia da CNBB, em 6 de maio de 1993.

ais de revalorização da ética

Centro de Documentos da CNBB nº 50:
Pessoa e Sociedade".

dade.

Evitando generalizações na análise de uma situação tão complexa, deve-se notar, especialmente, a contradição que marcou a história do País e que a modernidade vem reforçar.

De um lado, temos uma parcela da população que se beneficiou com o desenvolvimento e as transformações recentes e cujo poder e riqueza não cessam de aumentar, acentuando ainda mais as desigualdades. Esta faixa mais avançada da população tende a agir de acordo com interesses individuais, guiada por valores utilitários, a partir de uma concepção que justifica a desigualdade. Esta não inclui a preocupação com o bem-estar dos outros cidadãos. Prevalecem os princípios "cada um por si e Deus por todos" e "levar vantagem em tudo". Por isso, um sociólogo brasileiro propôs definir a sociedade "pós-ética". Ela se situa além da ética que deixou para trás.

De outro lado, temos a parcela da população (a maioria!) que foi excluída do processo de modernização ou foi prejudicada por ele. Não lhe

foram dadas vantagens materiais, nem efetivas possibilidades de participação política. Sente-se, de fato, "fora" da sociedade moderna. Para boa parte dela vale a "salve-se quem poder". Está numa situação "pré-ética", que a leva a recorrer mais à magia e ao maravilhoso do que às formas religiosas com claro conteúdo ético. Ela também não consegue reconhecer o que é "público", pois não se sente vinculada à sociedade como um todo, mas está em busca da sobrevivência, da solução de problemas imediatos e inadiáveis. Daí também, muitas vezes, descuido e até vandalismo da parte da população com os bens públicos.

A tendência crescente à concentração da renda, de um lado, e ao empobrecimento da maioria, de outro, foi constatada, mais uma vez, num recente documento do IPEA.

Entre essas duas faixas de população, existe uma terceira faixa, onde é mais nítida a reação a essas tendências e se manifestam os sinais do reencontro com a ética e da consequente promoção do bem comum. Não se trata de uma área homogênea, nem social nem culturalmente. Ela é caracterizada pela presença tanto de motivações intelectuais, que têm como suporte setores ligados à modernização e que mantêm vivo o ideal democrático de uma sociedade aberta à participação de todos, quanto de motivações religiosas, particularmente do catolicismo que acentua a "doutrina social", e a necessidade de não reduzir a prática religiosa ao emocionalismo e ao intimismo, em detrimento da solidariedade e da participação política.

Nesta área também se encontra a aspiração a conciliar valores fun-

Há uma tendência crescente à concentração de renda e ao empobrecimento da maioria da população.

damentais da ética tradicional, desvestidos de formulações históricas de outras épocas, com as exigências modernas de racionalidade e liberdade, numa abertura ao diálogo com todos os que buscam a edificação de uma sociedade mais justa. Dessas aspirações participam também as massas pobres conscientizadas e organizadas.

Em busca de uma rearticulação

Os historiadores têm observado que as épocas de crise da civilização têm despertado uma reflexão mais ampla e vivaz sobre ética. Algo semelhante parece acontecer hoje, em muitas sociedades e no Brasil.

Entre os sinais dessa reflexão e, ainda antes, de uma reação da opinião pública – intelectuais, classes médias, jovens e, em muitos casos, de movimentos populares, podemos citar:

- o questionamento do comportamento de políticos profissionais que distanciam seus interesses das aspirações dos eleitores, mostrando pouca transparéncia no seu agir e se envolvendo sistematicamente na corrupção e no abuso de poder;

- os questionamentos levantados ao redor da formulação de novas leis, regulamentando problemas

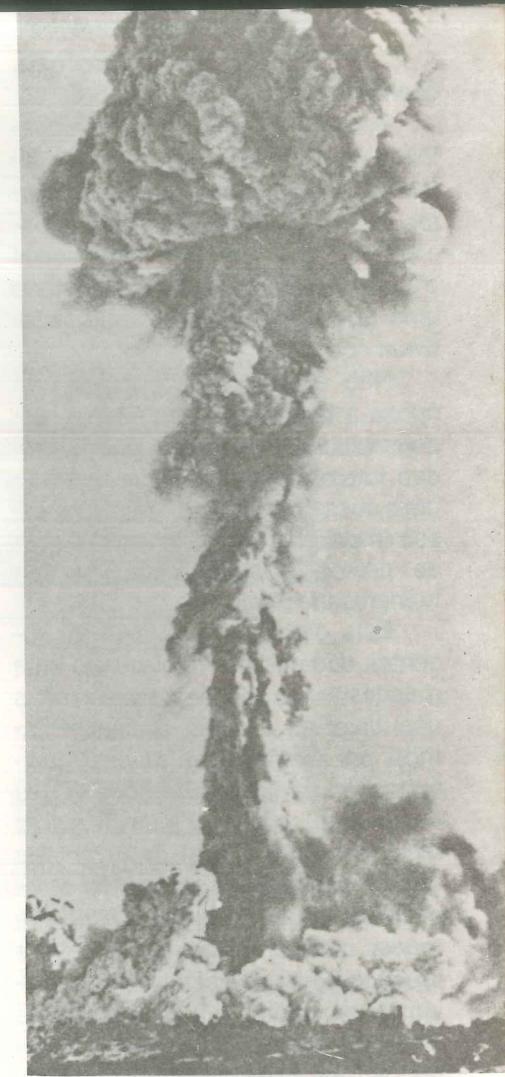
forte relevância ética, como as discussões sobre família, aborto, experimentação biológica e genética, eutanásia, drogas...;

- a discussão sobre ética e economia, seja em termos mais amplos (a que está conduzindo a economia atual, com suas rápidas mudanças, geradoras de vantagens para poucos e de infelicidade e penúria para as grandes massas?), seja em termos mais restritos e específicos (ética dos negócios ou ética da empresa);

- as pesquisas de bioética, que, há vários anos, acompanham o impressionante avanço da biologia e da genética e de suas efetivas ou possíveis aplicações às pessoas humanas, inclusive com o risco da manipulação do patrimônio genético da humanidade. Deve-se prestar atenção à pressão que a mentalidade científica e técnica exerce sobre a reflexão, às vezes desconsiderando as razões éticas em favor de uma limitada ânsia de pesquisa e exploração;

- os questionamentos mais amplos surgidos de certas aplicações ou consequências do progresso tecnico-científico, que são percebidas como ameaça para a própria existência da humanidade. A questão se pôs, antes de tudo, em face da multiplicação de armas atômicas ou nucleares, capazes de destruir muitas vezes a vida no planeta Terra, e, depois, de armas químicas e biológicas, de controle incerto; mais recentemente, cresce a consciência das ameaças ao equilíbrio ecológico, pela crescente poluição de ar, água e terra, pela destruição da camada de ozônio, pelo "efeito estufa" etc.

- o interrogativo ético que surge



Os avanços científicos e tecnológicos tornam-se frequentemente ameaças à própria existência da humanidade e ao equilíbrio ecológico do planeta.

do contraste entre a abundância de recursos econômicos e técnicos, de uma parte, e a fome e a miséria, que destroem vidas humanas, de outra. As interrogações se aprofundam na medida em que se percebe que fome e miséria são fruto de injusta distribuição, desorganização e cor-

rupção dos órgãos governamentais, guerras etc.

Para essa reflexão, a Igreja Católica tem contribuído muito ativamente, por meio de pronunciamentos pontifícios e episcopais, especialmente no campo da ética social e em defesa da vida, assumindo uma abordagem sempre mais indutiva e concreta.

Não é exagerado concluir que nunca a humanidade teve tanta responsabilidade para com o seu próprio futuro! Nunca precisou tanto de uma ética que ultrapasse os interesses imediatos dos indivíduos e abra as perspectivas do futuro para a humanidade inteira.

Esta preocupação inspira os recentes debates dos intelectuais e se manifesta nas reações espontâneas das diversas classes sociais. Citamos, por exemplo, as muitas manifestações da sociedade popular que contrastam com o individualismo moderno; o idealismo da juventude que reencontrou recentemente a capacidade de se manifestar e de defender publicamente valores morais irrenunciáveis; a indignação de movimentos contra a malversação da coisa pública; a informação e a denúncia por parte da imprensa e de outros meios de comunicação, bus-

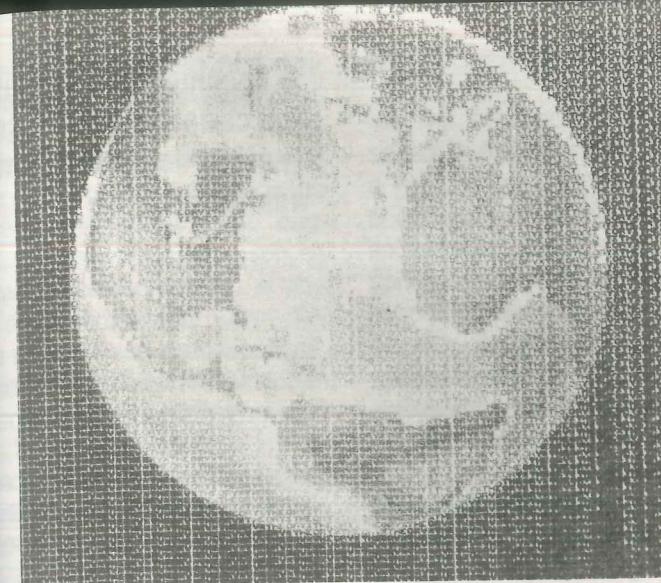
Não é exagerado afirmar que nunca a humanidade teve tanta responsabilidade para com o seu próprio futuro.

cando a almejada transparência da administração pública, dos três poderes constituídos e da vida política em geral.

A recriação da ética pelos novos movimentos sociais está apontando para novos estilos de vida. Há, hoje, a emergência de um anseio profundo de liberdade na esfera da realização da pessoa, a partir do mundo das aspirações e dos desejos; um senso muito profundo do direito à diferença, à alteridade; um sentido novo das experiências comunitárias em tensão entre o planetário (procura de universalização) e o pequeno (emergência e reconhecimento do pluralismo social e cultural); a redescoberta do sentido do prazer, da gratuidade, da celebração e da fantasia, que inclusive questiona a ética moderna no trabalho e a relação do homem com a natureza; a abertura de novos espaços para a experiência do sagrado na vida humana.

- Percebemos reações ao individualismo? Exemplos.
- Reativa-se, de fato, o idealismo da juventude? Exemplos.
- É visível a indignação contra a desonestidade na política e na administração pública? Exemplos de manifestações públicas.
- Questionam-se, hoje, as relações de trabalho e as relações do homem com a natureza? Exemplos.
- Participamos efetivamente dessas reações, manifestações e questionamentos que hoje ocorrem? Que proposta fazemos e assumimos concretizar?

"O Homem encontra a sua esperança no Homem". (Provérbio rumeno).



A população do planeta poderá duplicar em 50 anos: previsões alarmistas levam o mundo a rever políticas demográficas.

Questões éticas na Conferência do Cairo

Selma e Helio Amorim

Mais de 12 mil pessoas invadiram o Cairo, incluídos quase 4 mil ambientalistas e 5 mil representantes de ONGs do mundo inteiro. Nessa Conferência das Nações Unidas, 183 países teriam voz e voto sobre cada parágrafo de um extenso texto preliminar com diretrizes para a humanidade, frente a uma anunciada explosão demográfica que em 50 anos pode dobrar a população mundial.

O documento em discussão foi preparado em reuniões prévias por representantes desses países, representando o consenso mundial sobre

essas questões, a menos de umas poucas expressões, palavras ou princípios, condenados ou rejeitados pelo Vaticano, em manifestações severas e cartas do papa a governantes de todas essas nações.

As controvérsias, portanto, giravam em torno desses poucos aspectos, sem dúvida importantes, sob o ponto de vista ético, mas que deixavam na sombra a grande massa de informações, orientações, princípios para ações concretas e indicações de prioridades a serem estudadas com atenção e incluídas em políticas

de governos e orientações pastorais das Igrejas.

Seria pueril esperar-se um documento doutrinário universal, capaz de atender às visões do homem e do mundo de todas as religiões e ideologias. As próprias orientações de caráter estritamente demográfico também não se aplicarão uniformemente a todas as nações: não se pode comparar a pequena densidade demográfica do Brasil, por exemplo, com as de algumas nações africanas e asiáticas. Tampouco se podem comparar os recursos naturais e o potencial agrícola do nosso país com os de regiões áridas ou de terras cansadas, de baixa produtividade.

Onde, então, as razões de tantas controvérsias e inflamados discursos? Quais os interesses ostensivos ou ocultos por trás desses confrontos?

Antes de mais nada, na desinformação. É evidente que a maior parte dos comentários sobre o documento ainda hoje revela que os comentaristas não o leram. Acusou-se, por exemplo, que o texto pretendia recomendar o aborto, quando, na verdade, já dizia exatamente o contrário: "em nenhum caso se deve promover o aborto como método de planificação da família". Acrescentava, é certo, que nos países em que o aborto é permitido, estes devem ser realizados em condições de segurança.

Na verdade, as recomendações mais insistentes se referem a ações educativas e acesso a meios de planificação familiar que evitem a gravidez indesejada, causa óbvia do aborto.

Também eram vetadas as ori-

O documento de trabalho já descartava o aborto como método de planejamento familiar.

tações sobre a educação sexual, de adolescentes e jovens, na medida em que o documento não recomendava a abstenção sexual mas, rendendo-se às evidências, propunha a transmissão de informações que evitassem a gravidez indesejada e a disseminação da Aids. A crescente incidência de gravidez e abortos em adolescentes e jovens, e a disseminação dessa terrível peste moderna podem indicar ser adequada essa orientação, que não exclui as ações das Igrejas e de tantas organizações dedicadas à educação para o amor, o casamento e a vida familiar.

Outro ponto controverso era o conceito amplo de família, adotado pelo documento das Nações Unidas. É recomendada uma atenção especial às famílias, quaisquer que sejam suas conformações, tipos ou estilos de vivência familiar. A oposição surge de uma visão rígida e idealista de família tradicional – pai, mãe, filhos – que já não é hoje a predominante no mundo. Pretende o documento que todas as famílias concretas, em suas múltiplas expressões, necessitam de apoio de governos e organizações públicas e privadas.

Não se pode ignorar o forte interesse das nações ricas em estancar o crescimento demográfico das nações pobres. É um risco para as confortáveis relações comerciais internacionais com que os países do nor-

desenvolvido exploram historicamente os países subdesenvolvidos sul. Ora, o crescimento dessas populações espoliadas poderá gerar escassez de produtos primários de exportação, pelo aumento do consumo interno, elevando seus preços no mercado internacional. É o que polica a generosidade com que

deportam nos nossos países ajudas financeiras e cooperação técnica para programas de esterilização ou de distribuição de contraceptivos.

Onde estará a linha de equilíbrio entre tantas controvérsias e diante de tantos interesses em jogo?

Arriscamos delineá-la:

1. O aborto não pode ser adotado em nenhuma hipótese, como método de planejamento familiar.
2. Devem ser investigadas e removidas ou atenuadas progressivamente as causas ou pressões de diversas naturezas que induzem ao aborto.
3. Cada casal deve ter absoluta liberdade para planejar o número de filhos que responda à sua vocação para a paternidade-maternidade, através de medidas e mecanismos de apoio que assegurem o atendimento às necessidades básicas dos filhos que desejam trazer ao mundo.
4. Deve ser assegurada, a todos, de forma adequada às suas idades e condições de vida, ampla informação sobre o exercício da sexualidade e da paternidade-maternidade, bem como efetivo acesso aos meios existentes para o exercício responsável dessas potencialidades, de modo a evitar-se a gravidez indesejada.

Nações ricas têm interesse evidente no controle do crescimento da população dos países pobres.

sejada, causa imediata das elevadas taxas de aborto em nosso país, e a disseminação de doenças transmissíveis pela prática sexual.

5. Desmistificar, para o caso concreto do nosso país, o risco demográfico, certamente real para outros países, de modo a orientar-se a atenção do governo e da sociedade para o problema real da gravidez indesejada, por ignorância ou impossibilidade de acesso a métodos seguros para um planejamento familiar livre, consciente e responsável.

6. Implementação de uma verdadeira política social familiar que permita aos casais terem o número de filhos que responda à sua vocação para a paternidade-maternidade, através de medidas e mecanismos de apoio que assegurem o atendimento às necessidades básicas dos filhos que desejam trazer ao mundo.

Ao nosso ver, o documento aperfeiçoado e finalmente aprovado, no Cairo, ainda com ressalvas do Vaticano, oferece pistas e aponta recursos para um tratamento saudável e eticamente correto dessas questões.

A fome é imoral.
O desemprego também.
Faça alguma coisa.

“As mulheres e os escravos não são cidadãos”

Jane de Fátima Silva Rodrigues
Professora da Universidade Federal de Uberlândia

Durante centenas de anos o sexo feminino foi bombardeado por inúmeros saberes que sustentavam a sua inferioridade e a sua incompletude se comparada ao sexo masculino. O preconceito e a discriminação contra as mulheres têm marcado a trajetória histórica das relações entre os sexos e fazem parte de anedótários, provérbios populares e, até mesmo, estão nas obras dos grandes filósofos e cientistas.

De onde provêm todos estes discursos que objetivaram submeter e reprimir as mulheres dentro de padrões rígidos de normas e condutas? Por que em quase todas as civilizações foram mantidas como seres incapazes e inferiores? A base da submissão estaria tão somente na diferenciação sexual ou ela transcende a genética para ganhar, nas diversas ideologias conservadoras, a exclusão de grande parte da humana?

Aristóteles e Platão

Estas são algumas das questões que produziram, em vários idiomas, livros, teses e ensaios sobre o assunto. Desde a antiguidade inúmeros filósofos e homens das ciências

procuram refletir sobre “o que é ser uma mulher”, tão instigantes achavam ser os mistérios que envolviam o sexo feminino. Aristóteles, o filósofo grego, que viveu no século IV a.C. e que ainda hoje domina o pensamento filosófico no mundo, escrevera: “Da mulher pode-se dizer que é um homem inferior. A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens”.

Ao recorrermos à história da humanidade, podemos verificar que, da Bíblia às doutrinas científicas do século XIX, as mulheres foram hostilizadas e dedicaram-se a intimidá-las negando-lhes as faculdades racionais e a inteligência. Péricles, o estadista ateniense, dizia: “As mulheres, os escravos e os estrangeiros não são cidadãos”. Mas nem só o pensamento aristotélico e a democracia ateniense negaram a capacidade intelectual do sexo feminino. Até mesmo o teólogo santo Tomás de Aquino argumentava que “a mulher foi criada mais imperfeita que o homem, porque naturalmente, no homem, há mais discernimento e razão”.

A visão androcêntrica do mundo é que permitiu aos homens das lettras, ciências e artes tomar a mulhei-

mo um ser inferior e, por isso mesmo, discriminá-la da esfera pública, relegando-a à esfera privada. Filósofos, reis e cientistas teceram comentários mordazes contra as mulheres. É de Platão a seguinte afirmativa: “Os homens covardes, e foram injustos durante sua vida, são, muito provavelmente, transformados em mulheres quando recamarem”.

Santo Tomás de Aquino

Foi na Idade Média que a inferioridade feminina cristalizou-se nas leis dos diversos teólogos da Igreja. Santo Tomás de Aquino já dizia: “A mulher é um ser accidental e fraco. Por natureza a mulher é inferior ao homem: em força e dignidade, por natureza lhe está sujeita, pois é homem, o que domina, pela sua

força em quase todas as civilizações as mulheres foram mantidas como seres incapazes e inferiores?

Aristóteles afirmava que a mulher é um homem inferior e a natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens.

própria natureza, é a facilidade de discernir, a inteligência”.

Relegada à condição de incapaz, a única virtude ressaltada na mulher era a sua capacidade de procriar que, assim mesmo, era vista apenas como um vaso, um receptáculo, uma vez que a semente/sêmen estava no homem. Asseverava o poeta Ésquilo que “não é a mãe que engendra o que se chamava de filho, ela é apenas a nutriente do germe deitado em seu seio: quem engendra é o pai”.

Declarada, portanto, a incapacidade do sexo feminino, várias civili-

zações estabeleceram códigos "protetores" da mulher. Em Atenas não possuíam nenhum direito. No código romano era tutelada e proclamada a sua imbecilidade. Os teólogos da Igreja consideravam-na "a porta do diabo". A ideologia burguesa irá reforçar a submissão feminina através da maternidade e da família como o bem maior da mulher.

Como porta-vozes deste ideário destacaram-se inúmeros escritores e filósofos, como Rousseau, Balzac, Hegel e Augusto Comte. Para eles, a maternidade era um fato natural e, por causa disto, a diferença sexual inevitavelmente fazia da mulher um ser da natureza, enquanto o homem era destinado a ser um ser da cultura. Hegel postulava que a "mulher têm seu verdadeiro destino na família e estar imbuída de devoção pela família é seu padrão ético de pensamento". Portanto, a diferença biológica parecia ser o ponto crucial para a hierarquia dos sexos, conforme anuncia Diderot: "A mulher é sempre governada em última instância por seus órgãos, e mais precisamente por seu útero".

Nesta controvertida discussão se era a diferença biológica ou a cultural que levaram a uma inferiorização da mulher, discursos apaixonados foram proferidos. Poulain De La Barre, no século XVII, A.L. Thomas, Condorcet e Madame D'Epinay no século XVIII negavam a diferença biológica como a responsável pelo ser inferior a que estavam destinadas as mulheres e centravam suas argumentações contra as instituições sociais, políticas e culturais como as causadoras da inferioridade feminina.

Santo Tomás de Aquino
afirmava que "a mulher foi criada mais imperfeita que o homem, porque naturalmente, no homem, há mais discernimento e razão"

Entretanto, os grandes realizadores e promotores da Revolução Francesa, como Babeuf, Brissot e Robespierre, acreditavam na superioridade "natural" da mulher.

Com o advento das idéias socialistas do século XIX nascia a utopia da "mulher livre", que encontrou

ensores nas vozes de Saint-Simon, Charles Fourier, Engels, Marx,

Poulain De la Barre, um dos maiores feministas de seu tempo, era categórico ao afirmar: "Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram o seu próprio sexo, e os jurisconsultos transformaram as leis em princípio".

Ao escrever uma história das mulheres através do tempo, Thomas constatou a submissão a que as mulheres foram sujeitas ao longo de séculos. Em sua tese intitulada "Ensino sobre o caráter, costumes e o espírito das mulheres", conclui que:

"As mulheres são o que as civilizações e as circunstâncias, o governo e as leis fazem delas". Madame d'Epinay reafirmava que "a mulher é um ser da cultura inteiramente moldado por sua educação".

Mesmo uma defesa da liberdade da mulher, quer através da vida da mulher, quer através da educação, quer da supressão da sociedade de classes, sabemos que isto

transformaria a médio prazo a condição feminina, marcada pelo

domínio do homem sobre a mulher".

Mesmo uma defesa da liberdade da vida da mulher, quer através da educação, quer da supressão da sociedade de classes, sabemos que isto

transformaria a médio prazo a condição feminina, marcada pelo

A Revolução Francesa não revolucionou

A questão da educação das mulheres envolveu boa parte dos legisladores e pensadores dos séculos XVIII e XIX. Para Helvetius e D'Alembert, a falta de acesso à educação era a principal causadora da inferioridade e passividade feminina. Condorcet, na mesma linha de pensamento, pretendia que as mulheres tivessem acesso à vida pública, uma vez que ele as considerava iguais ao

Relegada à condição de incapazes, a única virtude ressaltada na mulher era a capacidade de procriar.

desprezo e humilhação ao longo dos séculos. A grosso modo, podemos afirmar que as ideologias reinantes, no decorrer do processo civilizatório, argumentaram que a inferioridade feminina era atributo "natural" do seu próprio sexo e que a capacidade de raciocínio, inteligência e invenção foram pertinentes somente aos homens. Até mesmo os primórdios da psicanálise iniciada por Freud em fins do século passado acreditavam que a mulher se sentia como um ser mutilado por não possuir o pênis. Para ele, a "anatomia era o destino".

Diferença biológica, aspecto cultural e educacional, complexo de castração ou o pecado original nos levam a crer que ainda paira um mito sobre a questão: "O que é uma mulher".

Percebemos ainda, em torno de nós, formas de machismo e desvalorização da mulher? Na sociedade, na atividade profissional, na família? Quais as conquistas recentes mais importantes para uma mais efetiva igualdade entre os性os?

O que podemos e devemos fazer para que essa igualdade querida por Deus se torne realidade entre nós?

**Comida e emprego.
Antes que seja tarde.**

Anti-feminismo na Bíblia?

Equipe de Redação

Ao termos a Bíblia, devemos estar atentos às influências que as diferentes culturas exerceram sobre os autores dos relatos, cartas e discursos produzidos ao longo de 3 mil anos, reunidos nos muitos livros que a compõem.

Por isso, é necessário aprender a separar e identificar o que são revelações do projeto de Deus e o que são simples orientações sobre comportamentos e normas sociais provisórias e mutáveis, impregnadas pela cultura do tempo em que cada texto foi escrito.

Percebe-se, por exemplo, a forte influência do contexto cultural machista em muitos escritos do Antigo e do Novo Testamento.

Lemos, no Eclesiástico:

"Um homem que te faz mal é melhor do que uma mulher que te faz bem". (Eccl 42, 14).

S. Paulo não escapa dessa ar-

madilha. Imerso numa cultura que não valoriza a mulher, o apóstolo esquece a atenção que Jesus dispensa às mulheres, valorizando-as e causando escândalo entre os judeus. Tão densa tradição cultural acabou condicionando alguns discursos da Igreja nascente, marcando-a com esse estigma, ainda hoje presente em muitas práticas e disposições disciplinares das igrejas cristãs.

Eis duas amostras da influência da cultura machista sobre as orientações de S. Paulo às primeiras comunidades cristãs:

"As mulheres se calem nas assembleias porque não lhes compete falar, mas viver sujeitas, como diz a Lei. Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem em casa a seus maridos, porque não é conveniente a mulher falar na assembleia". (1 Cor 14, 34-35)

"A mulher ouça a instrução em

silêncio, com espírito de submissão. Não permito que a mulher ensine nem se arogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio, pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. E não foi Adão que se soube iludir, mas sim a mulher que, ganada, incorreu em transgressão; mas ela poderá salvar-se, cumprindo os deveres de mãe, contanto que permaneça com modéstia na fé, na pureza e na santidade". (1 Tm 2, 15).

Assim, se compreendemos a origem dos condicionamentos culturais desse tempo, entenderemos por que se tornava impraticável, para Jesus, incluir mulheres entre os discípulos.

Entretanto, esse fato circunstan-

cial ainda hoje é fundamento para a exclusão das mulheres de funções importantes nas igrejas cristãs. Prevalece o entendimento de ter sido intenção de Jesus reservar exclusivamente a homens a missão e funções que outorgou a seus apóstolos.

Essa reflexão nos ocorreu quando a imprensa noticiou as fortes reações no seio da Igreja Anglicana, à decisão de ordenar mulheres, que já agora exercem o sacerdócio.

São mesmo muito fortes os condicionamentos culturais que persistem, desconsiderando a frase com que o mesmo apóstolo procurou superá-los:

"Em Cristo não há judeu ou grego, servo ou livre, homem ou mulher". (Gl. 4,28).

"Não nos condenes a ser sós, estando juntos. Permite-nos estar juntos estando sós."

(D. Helder Câmara)



Igreja e ética

A grande diferença entre a ética de Jesus e a das comunidades religiosas de sua época situava-se entre a lei e o amor. A expressão "eu, porém, vos digo" colocava sob julgamento as pretensões dominadoras do código sobre a vida. Contra Jesus levantavam-se as instituições. Elas têm suas razões; querem sobreviver a qualquer preço e não admitem perder o poder que exercem. Daí o gosto pela ordem e pela organização. Não gostam de elementos explosivos capazes de subverterem seu cotidiano jurídico. As instituições alimentam-se dos regimentos internos, dos estatutos e dos cânones. Logo se vê que vidas assim alimentadas tornam-se apáticas e doentias. Nos casos extremos, para garantir a vida tumular, criam organismos de defesa que vão desde o tribunal do Santo Ofício até as comissões de defesa da fé e da doutrina. No campo secular, fortalecem os exércitos e as tropas policiais.

Assim, a ética representa a obediência à lei estabelecida. Pretende ser lógica e natural. Vale-se de filosofias que sempre estiveram a serviço dos governos e dos poderosos.

Extraído de "Tempo e Presença" – CEDI,
1994

32

Jaci Marashchin
Pastor anglicano e professor

As igrejas, sempre atreladas ao jogoda é compensada por bens maiores desse poder, seguem a mesma trilha. Estabelecem leis que dizem ser, entanto, não é essa. O horror em morais e resguardadoras dos costumes do uso de anticoncepcionais mes e dos comportamentos. São da premissa falsa de que todo leis que não têm nada a ver com o sexual é, necessariamente, pro-amor do Evangelho vivido e pregado por Jesus.

Posição pretensiosa

A recente comissão internacional de diálogo entre anglicanos e católicos romanos recomeçou os trabalhos ano passado em torno de que seus líderes apelidaram de "questões morais". Essas questões são as seguintes: aborto, divórcio, anticoncepcionais e homossexualismo. Há entre os dois grupos religiosos enormes diferenças, e não estou aqui para dizer qual dos grupos "escolheu a melhor parte". Entretanto, o simples fato da discussão desses temas pelas igrejas não tem nada de ameaçador. O que ameaça não é o debate, mas a pretensão de dizer "aos cristãos e ao mundo" como é que cada pessoa deve se comportar na sua vida de todos os dias.

Tomemos como exemplo a questão dos anticoncepcionais. As

icas do corpo humano sempre dirigidas pelo próprio corpo humano capaz de perceber suas necessidades, deveres e prazeres. O uso de anticoncepcionais assemelha-se ao emprego de adoçantes, a vez que impedem o desencaimento de resultados indesejáveis na dieta do corpo. Há, certamente, certas perdas no jogo do azer, num caso e no outro. Trata-se de um ato consentido, no qual a

Cântico dos Cânticos se fazem, mais do que metáforas, exemplos das alegrias do desejo e do prazer do sexo. Não vou considerar aqui a importância dos métodos anticoncepcionais na prevenção de doenças contagiosas. Trata-se de ato de responsabilidade e, portanto, também de moral.

As igrejas, muitas vezes, têm a pretensão de dizer aos cristãos e ao mundo como devem se comportar na totalidade de suas vidas. Quase sempre, a ética das igrejas permanece amarrada ao legalismo que Jesus tanto combateu

Ética clandestina

A ética das igrejas permanece amarrada ao legalismo que Jesus tanto combateu. É por isso que muitos cristãos preferem romper com esse legalismo "imoral" e preferem seguir a ética de Jesus baseada no amor e na misericórdia. Sua ética parecerá clandestina. Na verdade, não poderá ser de outro modo. É nessa ética assim chamada clandestina que se revela o verdadeiro sentido do seguimento de Jesus na vida cotidiana.

Convém aqui fazer esta importante distinção. O Didaquê dizia que os cristãos estavam espalhados no mundo mas que "não eram do mundo". Coisas que os primeiros cristãos entenderam tão bem que inseriram nos evangelhos, embora tardivamente, a expressão de Jesus de que o

Reino "não era deste mundo". Acho que na questão ética, os cristãos precisam compreender algo semelhante: que estão na igreja mas que não são "da igreja". A igreja é apenas o lugar de nossa passagem. Não é nosso lar eterno. Ela é tão pecadora como qualquer fariseu. E só continua a viver por causa da misericórdia de Deus.

A dimensão ética da Pastoral O exercício do discernimento

A realidade da ação pastoral que representa o coração da vida de todos os cristãos e o cotidiano de muitos agentes que disso fazem o seu emprego de tempo majoritário não é – ao contrário do que muitas vezes se pensa – algo harmônico e previamente conciliado. Na trama desse agir encontram-se dificuldades, obstáculos, rixas, atritos, lutas de poder e um sem-número de outros entraves e conflitos que demandam constante reavaliação ética, à luz do Evangelho, a fim de não se perderem de vista os objetivos primeiros daquilo que se pretende com o trabalho pastoral, assim como sua razão mesma de ser.

O fato de trabalharmos e agirmos pelo bem do povo de Deus e o crescimento de seu Reino e nisso desejarmos empregar toda a vida e o melhor das forças e energias não significa que possamos considerar todas as nossas intenções como purificadas de malfício e concupiscência e nossas ações acontecendo livres de toda pressão de paixões e sentimentos menos nobres.

Ousadia do espírito

Mais do que ninguém, portanto um agente de pastoral precisa constantemente rever seus critérios éticos e confrontá-los com a ética do Evangelho, procurando que haja um encontro sempre mais profundo entre esses dois referenciais. Em meio à trama complexa e por vezes obscura e ambígua que é a vida humana, atravessada de conflitos e crises os mais diversos, o discernimento é requerido como atitude constante.

Discernir é uma ousadia da liberdade e requer, além disso, uma liberdade ousada da parresia de que fala Paulo em Ef 3.12. Paradoxalmente, no entanto, essa ousadia maior é não a de fazer as coisas por si só, mas a de deixar-se levar pelo quem se espera, além disso, que Espírito de Deus. Muitas vezes continua trabalhando em nós e na diante de situações em que não se vê, e intervindo segundo sua vontade clara ou não se vê de modo alguma, por vezes bem diferente daquela, é preciso optar – ousadamente – por ser levado “onde não se quer” (cf. Jo 21.18).

Discernir é também uma atitude, talvez seja o fato de que seu ética ousada porque o código diante de quem se encontra referência definitiva é a ação de Deus, um Deus de quem se recebeu o impulso primário do amor e de quem se espera que continue inspirando e impulsivando, sem limites, o próprio agir.

O fato de trabalharmos e agirmos pelo bem do povo de Deus não significa que possamos considerar todas as nossas intenções como purificadas



Percorrer os caminhos éticos é tarefa diária e atitude referida à espiritualidade. Coração dócil e maternidade humana e espiritual são exigências do viver na conflitividade da ação pastoral

Por tudo isso, discernir é ser capaz da abertura primeira que leva a descobrir a força de Deus e do mal em cada um e nas diversas situações históricas. Conhecer os seus campos, onde se assentam, as tácticas que utilizam e, sobretudo, reconhecer as reações pessoais diante dos bons e dos maus impulsos, das reações positivas ou negativas, dos desejos e resistências que marcam constantemente a vida do Espírito em nós e o trabalho pastoral por ela suscitada.

Confronto comunitário

Discernir é descobrir a ação do Espírito que já nos impele, mas também não dar crédito a todos os impulsos pessoais sem que passem pelo confronto comunitário. Confronto esse que confirma e ratifica o que se descobriu na interioridade, ou então que faz aparecer seu lado negativo e dissuade da opção que se pensava tomar, convidando a uma reconsideração e talvez mudança ou reorientação da mesma.

Por isso é sempre necessário, em momentos de crise e discernimento em meio à atuação pastoral, um conhecimento bom, verdadeiro e

profundo da situação na qual se pretende atuar, uma análise cuidadosa e crítica da realidade a fim de se ter a noção mais clara possível da atitude ética a ser tomada.

Espiritualidade e ética

É preciso também, e não menos, assegurar uma atitude interior de profunda retidão e pureza, um desejo de não estar movido por motivações outras que não sejam a busca da glória de Deus e a construção de seu Reino. Por isso, quase sempre o dilema ético na pastoral não se apresenta, às vezes, como uma possibilidade de escolher entre o bem e o mal, mas sim, muitas vezes, de optar pelo meio mais eficaz, o que mais vai beneficiar a causa dos pobres e o crescimento do Reino.

Para isso, é preciso que espiritualidade e ética andem de mãos dadas. A atitude fundamental do discernimento é estar com o olhar posto em Jesus Cristo, sua encarnação, vida, morte e ressurreição, e o coração sintonizado com seu ministério apostólico, marcado pela lógica pascal da morte que faz bortar a vida, do grão de trigo que morre para não ficar só e dar muitos frutos (cf. Jo 12,24ss).

A atitude ética que leva ao discernimento pressupõe, finalmente, desejar com todo ardor penetrar – ou melhor, ser introduzido, por pura

misericórdia e graça – no mistério da vontade de Deus. Nada mais alheio ao discernimento do que a segurança do próprio julgamento, articulações e conchavos que garantem uma fatia maior e mais polpuda do poder e do reconhecimento que muitas vezes permeia a busca de cargos e prestígio na ação pastoral.

Corações dóceis

Discernimos para ser verdadeiramente, evanglicamente éticos, ou seja, para buscar e encontrar a vontade de um Deus que é mistério e cujos caminhos não são os nossos. Por isso é preciso entregar-se. Discernir supõe, portanto, cabeça clara e decidida, mas sobretudo coração dócil, compreensivo e misericordioso, disposição para perdão e para um constante e sempre renovado

recomeçar.

A atitude ética de discernir a própria atitude no agir pastoral supõe, portanto, homens e mulheres maduros, humana e espiritualmente cujo único desejo é trabalhar com todas as forças para que venha o Reino de Deus. Mas, ao mesmo tempo, entregar-se de todo coração nas mãos daquele que é o Único Senhor e por ele deixar-se levar. Os frutos que brotarem desse agir assim inspirado e movido não serão nossos, mas neles encontraremos, evangelicamente, a maior fonte possível de alegria.

- Constatamos divergências entre orientações das Igrejas e as práticas dos cristãos? Exemplos.
- Como avaliar contradições existentes?
- Quais os princípios éticos fundamentais em que se devem basear decisões do cristão, segundo a sua consciência e a sua fé?

Símbolos da libertação ou dominação?

Sacramentos: símbolos de libertação

José María Castillo
Teólogo, Espanha

homem e a mulher ficam obrigados a obedecer à igreja em tudo o que se refere à vida da família?

Não há dúvida que o clero não teria o poder que tem, se não existissem os sacramentos, tal como existem. Portanto, os sacramentos, se não se realizarem na vida cristã, como deve ser, podem converter-se nos instrumentos de dominação por excelência que a instituição eclesiástica tem à sua disposição. Consequentemente, a experiência que os sacramentos muitas vezes geram é a de submissão, não a de liberdade libertadora.

O porquê disto

Os sacramentos são, geralmente, compreendidos como rituais que os fiéis devem realizar, se quiserem obter o fruto que eles prometem. Mas rituais nas mãos do clero. O resultado deste estado de coisas é a dependência total dos leigos, relativamente aos clérigos. Muito pouca coisa há que os leigos podem fazer na sua vida sacramental, sem terem de contar com a presença, a presidência e a direção dos clérigos. Isto é evidente.

Extraído do estudo "Sacramentos e libertação" publicado na revista galega "Encrucillada" e traduzido pela revista portuguesa "Fraternizar".

Mas há algo fundo em tudo isto: segundo a definição tradicional, os sacramentos são sinais eficazes que comunicam a graça de Deus. Pode então dizer-se, com toda a razão, que quanto mais sacramentos, mais graça divina. Sabemos, por outro lado, que a graça traduz-se em amor. Conseqüentemente, pode dizer-se também que quanto mais sacramentos, mais amor.

Entretanto, no dizer de certos membros da instituição eclesiástica, o amor tem que se realizar mediante a obediência, mediante a submissão. De tal maneira, que se nos deixarmos levar pelas palavras deles, quanto mais amor houver, mais docilidade e submissão tem de haver também. Quanto se ama, quanto se obedece. Este parece ser o discurso de muitas pessoas da igreja. Dentro desta lógica, comprehende-se que a obra mestra do poder consiste em fazer-se amar: amar a Igreja-instituição-hierárquica, amar a pátria, amar os outros; amar, repetimos, implicaria submeter-se, obedecer. Submeter-se e obedecer às leis concretas. Dedicar-lhes um amor sem fim.

Certas práticas eccliais levam-nos a duvidar se esta possibilidade não é já, em certos casos, dura e triste realidade.

Não se trataria de dominação religiosa apenas, mas também de dominação social e política. Refiro-me àqueles casos, infelizmente mais freqüentes do que seria desejável, em que os sacramentos são administrados a ditadores e tiranos, numa palavra, àqueles que exercem um poder despótico, ou que, pelo menos, violam os direitos humanos sem qualquer escrúpulo e também sem qualquer limite.

Quando sacramentos são administrados a tiranos que violam os direitos humanos, estará sendo legitimado o seu comportamento desumano.

É claro que, nestes casos, o sacramento atua como elemento legitimador do comportamento desumano de tais políticos. Portanto, também aqui, os sacramentos atuam como instrumento de dominação sobre o povo, sobre as pessoas em geral.

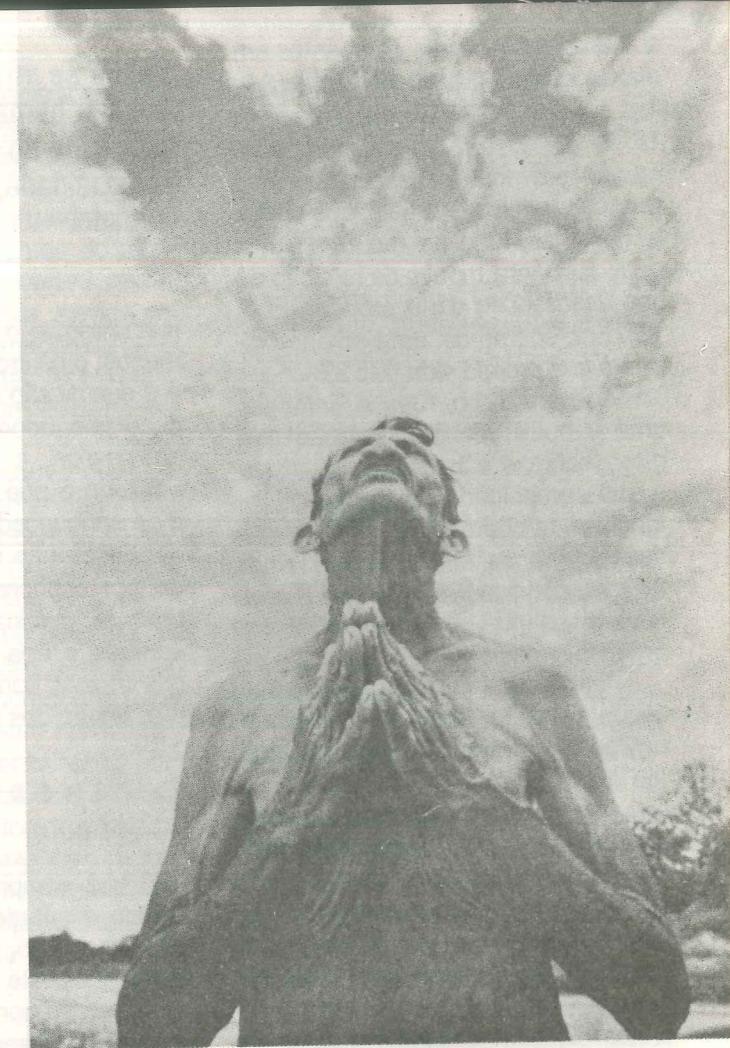
Estas podem ser algumas das razões pelas quais os sacramentos, em certas ocasiões, são mais instrumentos de dominação e de submissão, do que verdadeiros símbolos de libertação.

A prática de Jesus

Jesus viveu e pregou a sua mensagem num povo que vivia mergulhado numa religiosidade carregada de ritos e de pesadíssimas obrigações, verdadeiramente insuportáveis. Estas obrigações referiam-se, na sua maioria, no complexo mundo da sacralidade. Sacralidade do tempo (o sábado), sacralidade do espaço (o templo) e a sacralidade das pessoas (os sacerdotes). Pois bem, como se comportou Jesus, neste contexto e diante destas instituições?

Para começar, pode-se dizer que o comportamento de Jesus foi absolutamente livre, que causou espanto, escândalo e mesmo perseguição até à morte. Ou seja, a prática de Jesus, relativamente aos ritos religiosos, foi de absoluta liberdade. Ele não compreendia nem podia compreender tais ritos como instrumentos de submissão e de dominação. Pelo contrário, só os podia entender como símbolos de libertação. vejamos isto mesmo, através duma análise rápida das três grandes paráfrases às quais acabamos de referir.

comportamento de Jesus em relação ao ritualismo religioso do seu tempo foi absolutamente livre, usando espanto, escândalo, perseguição e morte. Quando a experiência de liberdade é expressa nesse gesto simbólico, vemos diante de um autêntico sacramento de libertação.



1. Jesus e o tempo sagrado (sábado)

A atividade de Jesus levou-o a não ter medo de violar e infringir de-liberadamente o sábado, inclusive, em fazer tábua rasa dele, sempre que isso lhe pareceu importante, pa-ra melhor poder proclamar a Boa Nova da gratuidade e da liberdade de Deus. Nos quatro Evangelhos, aparece a intenção expressa de Je-

sus em realizar curas de doentes em dia de sábado (Mt 12:10-12; Mc 3,2-4; Lc 6,7-9; 13,14-16; 14, 1-5; Jo 5, 16; 7, 23; 9, 16). Um tal comportamento provoca tal escândalo nas pessoas religiosas e fiéis, que chega a deixá-las furiosas (Lc 6,11). Por outro lado, era motivo de rejeição do que Jesus dizia d'Ele próprio (Jo 9, 16). Era, sobretudo, uma ameaça direta à sua própria vida (Mc 3,6).

Apesar disso, Jesus infringiu, uma e outra vez, a legislação religiosa sobre o sábado. Permitiu que a sua comunidade de discípulos infringisse também essa lei e defendeu-os, quando foram acusados por tal motivo; inclusive, mandou outros fazerem o que expressamente era proibido nesse dia (Jo 5,9).

A lição que se tira daqui, é que Jesus devia ter visto na violação e anulação do tempo sagrado, algo tão importante e decisivo, que passou por tudo, até pelo risco de vida, para transmitir o ensinamento fundamental que aparece em Mc 2,27, ou seja, que o verdadeiro centro da atitude religiosa não é o tempo sagrado, o rito, a cerimônia, mas a pessoa, a mulher e o homem concretos. E, para transmitir este ensinamento, Jesus não se limitou a falar, começou por infringir o estabelecido na Lei religiosa, apesar dos riscos que corria.

Esta atitude global de Jesus revela algo fundamental: se, para muitos judeus daquele tempo, o sábado era o ponto central da Lei e valia mais do que todos os mandamentos (uma visão das coisas que Jesus bem conhecia!), ao atrever-se a colocar a pessoa humana acima do sábado, Jesus revoluciona radicalmente e religiosidade, transforma a

Jesus se atreveu a colocar a pessoa humana e sua liberdade no centro da religiosidade, acima do sábado.

sua ordem e o seu esquema fundamental: o centro da religiosidade não é a submissão ao ritual, mas a liberdade libertadora da pessoa, o bem da pessoa, a experiência humana em tudo o que esta tem de positivo e de enriquecedor.

Jesus não desrespeitou o sábado por capricho, mas para fazer o bem às pessoas que sofriam, aos doentes e aos oprimidos pelas forças do mal, como consta duma simples leitura dos textos citados.

2. Jesus e o espaço sagrado (templo)

Para compreender o que representou a atitude de Jesus, em relação ao templo, é preciso ter presente o que este significava para os seus contemporâneos. O templo de Jerusalém desempenhava duas funções sumamente importantes: era o centro da religiosidade judaica e a fonte principal de rendimento econômico para a cidade.

O comportamento de Jesus revela-se, pois, no mínimo, surpreendente, para não dizer escandaloso. Os Evangelhos, por exemplo, não se preocupam em informar se Jesus ou seus discípulos iam ao templo para orar e para participar nas cerimônias sagradas. O que dizem é que Jesus ia com freqüência ao templo, mas para ensinar o povo.

Mais concretamente, Jesus vai ao templo para desmascarar a situação e fazer pensar a sua comunidade sobre as motivações dos ricos e pobres (Mc 12, 41-44). Sobretudo, há que ter em consideração a pulsão dos comerciantes do templo que se converteu numa autorização do lugar santo, na anulação e na afirmação de que, nessas circunstâncias concretas, não passava de um covil de latrocínio.

É também significativo que Jesus se retire à montanha para orar, ou é, para comunicar com Deus, ou é, até o campo. O que mostra é que Jesus não utilizava o templo, o lugar exclusivo ou principal do diálogo com Deus. Mais. Em certas ocasiões, chega a desprestigar o lugar santo, desmacara-o e neutraliza-o. Um tal comportamento reveste-se de uma importância decisiva e mesmo sagrada, porque está fora de dúvida que, quando Jesus expulsou violentemente os comerciantes do templo, sabia claramente que estava em risco a sua própria vida. Isto é, esta ação de Jesus deu motivo para se proceder, oficialmente e de modo definitivo, contra ele.

Pode, pois, afirmar-se que tanto o espaço sagrado e o ritualismo a que está ligado, são algo central na mensagem de Jesus. Jesus mostrava crítico com o templo e com o que ele representa, porque, nessas circunstâncias, era um lugar de exploração e de dominação sobre o povo. A religiosidade judaica, com todo o seu poder opressor, era a sua cúpula precisamente no templo. E isto é o que Jesus não queria. Porque — é preciso dizê-lo — é uma vez — o decisivo para Je-

Jesus vai ao templo para ensinar o povo, e retira-se ao campo e à montanha para orar.

sus não é o ritualismo, mas a liberdade libertadora.

3. Jesus e as pessoas sagradas (sacerdotes)

Nos tempos de Jesus, havia em Israel duas classes de sacerdotes: os simples sacerdotes e os sumos sacerdotes. Dos simples sacerdotes, pouco falam os evangelhos. E, das poucas vezes que falam deles, ainda é para os desprestigar. Assim na cura do leproso (Mt 8,4), Jesus toca no doente, coisa que provocava uma impureza legal (Lev. 5,3a; 13, 45-46). Mas o que na verdade aconteceu, é que o doente ficou curado. Jesus, pois, anula aquela lei ritual e manda o doente ter com os sacerdotes. Com isto, mostra bem a sua superioridade sobre eles, pois deixa claro que o que é próprio dos sacerdotes, é o mero reconhecimento legal.

Outro exemplo típico é a parábola do samaritano. O fato verdadeiramente polêmico que Jesus avança nesta parábola é que quem passa ao largo e deixa abandonado na beira da estrada o desgraçado que se esvai em sangue, são um sacerdote e um levita (Lc 10, 31-32), isto é, os representantes oficiais do culto ritual. Tais homens são apresentados como modelos de falta de solidariedade, precisamente porque queriam

apresentar-se purificados no altar (Lev 22, 4-7).

Mas o conflito maior de Jesus foi com os sumos sacerdotes de Israel. Fala-se deles nos Evangelhos, sob um duplo ponto de vista: o seu poder autoritário e o enfrentamento direto e mortal com Jesus. Daí os confrontos constantes daqueles sacerdotes com Jesus e a sua intervenção decisiva na prisão, na condenação e na execução de Jesus.

O culto ritual que aqueles homens representavam, andava de mãos dadas com a dominação despotica sobre o povo. E isso é o que Jesus não tolera de nenhum modo. Por isso o seu confronto mortal com eles e com tudo o que eles representam.

De tudo o que fica dito, uma conclusão salta à vista: os nossos sacramentos não podem ser interpretados como simples ritos cerimoniais ligados à experiência do sagrado. Tais ritos limitam a liberdade. Se quisermos ser fiéis à prática de Jesus, temos, como cristãos, de compreender e viver os sacramentos de outro modo. Como?

Os símbolos da experiência cristã

Muitas vezes tem sido dito que os sacramentos são sinais eficazes que nos comunicam a graça. Esta definição, porém, é insuficiente. Porque um sinal é a união de um significante e de um significado. Mas de tal maneira que o significado é sempre um conceito. Por exemplo, na linguagem, cada palavra é um sinal, porque, nela, o significante (fonema), ao unir-se com o significado (concei-

O maior conflito de Jesus foi com os sumos sacerdotes, que afinal tiveram participação decisiva na sua prisão e condenação à cruz.

olhar, do abraço, da carícia e do beijo. Tais expressões são simbólicas, porque assumem a experiência funda da pessoa, traduzem-na ao nível da consciência e exprimem-na comunicam-na.

Pois bem, a fé cristã comporta experiências muito profundas que só se podem comunicar apenas por meio de sinais, ao nível lingüístico. A experiência do amor, da esperança, da liberdade, lançam as suas raízes no inconsciente da pessoa. Apenas podem ser assumidas e expressas pelo meio de símbolos. Tais são os sacramentos.

Ora, todos sabemos que, na vida, há experiências que não se podem comunicar ao nível lingüístico ou conceitual, pois se situam num nível mais profundo, o nível simbólico. Assim, no complexo mundo das relações humanas, na psicanálise e na história comparada das religiões, aparecem, com freqüência, expressões e ritos, sem conteúdo. Isto ve-

ce quando a experiência de vida morre e desaparece, mas continua a manter-se ainda o gesto exterior. Tal gesto não passa de um rito aparente e funcional, sem vida. Muitas experiências que resultam simplesmente em pessoas, por exemplo, cumprimentando-se, abraçam-se e beijam-se, por sinais. Daí a necessidade de que isso corresponda a qualquer correspondência com os símbolos que são a expressão da experiência íntima de afeto ou de nossas experiências mais profundas.

Ou seja, mantém-se o gesto exterior como mero ritual, mas

tem as suas raízes no inconscientedade que a pessoa vive.

da pessoa, e a expressão externa mesmo se verifica tantas e

dessa mesma experiência. Se faltarem vezess na vida dos cristãos,

um destes elementos, não há simboloabemos os sacramentos, mas de

maneira que eles não passam de

cerce: 1. O símbolo assume a experiência íntima que vivemos.

ce: 1. O símbolo assume a experiência íntima que vivemos.

ce: 2. O símbolo traduz essa experiência íntima que vivemos.

ce: 3. O símbolo exprime e comunica a experiência entre o rito exterior e a

experiência em questão.

Por exemplo, nas relações huma

nos o autêntico sacramento.

manas, o afeto exprime-se por meio disso dizemos que os sacramen-

tos são os símbolos da experiência cristã.

A experiência da liberdade

Então há sacramento, onde se verificar a experiência cristã. E não há, onde ela não se verificar, por mais que se execute o rito com toda a fidelidade.

E qual é a experiência cristã essencial? Normalmente, diz-se que é o amor: o amor de Deus e o amor a Deus; o amor do próximo e o amor ao próximo. É verdade. Disso testemunham os Evangelhos e todo o Novo Testamento em geral. Mas é preciso cuidado. Porque a experiência ensina-nos que as instituições, incluídas as religiões, costumam manipular o discurso sobre o amor, para o utilizarem em proveito próprio.

Concretamente, costumam dizer que o amor se exprime por meio da obediência. Ou seja, segundo esta interpretação equivocada das instituições, haveria tanto mais amor, quando mais submissão da pessoa. Por outras palavras, haveria tanto mais amor, quanto mais se reprimisse ou se limitasse a liberdade.

Já vimos até que ponto a prática de Jesus foi revolucionária neste ponto. Para Jesus, o amor traduziu-se por liberdade, diante da patologia das instituições, a começar pela religiosa.

Podemos, pois, afirmar que a experiência cristã essencial é a experiência da liberdade libertadora. Aquela liberdade que consiste em não estar preso a nada, nem a ninguém, mas para estar inteiramente disponível para poder fazer o bem aos outros. Quando esta experiência

é vivida e se expressa num determinado gesto simbólico, só então estamos diante do autêntico sacramento cristão. O sacramento, ou é símbolo de liberdade, ou não é sacramento.

Agentes de libertação

Como deveremos celebrar os sacramentos para que eles sejam os grandes agentes da libertação do povo?

A primeira coisa a esclarecer, será ver quem pode participar na celebração. O habitual tem sido participar quem quiser. Porque, tal como são celebrados, os sacramentos não passam de serviços religiosos à disposição do público. Tanto os ricos, quanto os pobres; tanto os exploradores, quanto os explorados; tanto os senhores, quanto os escravos; toda gente, indistintamente, pode participar no sacramento.

Assim, será impossível que os sacramentos cheguem a ser agentes de libertação. Servirão, sim, para sossegar as consciências dos opressores e legitimar a (des)ordem estabelecida.

Termino com a indicação de três meios para que os sacramentos sejam agentes de libertação.

1. A pregação da Palavra que acompanha todo sacramento terá que ser autêntica denúncia profética

- Como celebrar os sacramentos para que sejam sinais de libertação e humanização?
- Como preparar as pessoas para o Batismo, a Eucaristia e o Matrimônio, nessa perspectiva libertadora e humanizadora – menos mágica ou presa a ritualismos legalistas?

"É preciso mudar muito para ser sempre o mesmo". (D. Helder Câmara)

das situações de injustiça e opressão que, com tanta freqüência, se verificam nas nossas sociedades. Uma pregação descomprometida e neutra leva fatalmente a uma celebração sacramental que não passa de ópio para o povo.

2. Há que levar a sério o que foi a prática habitual da Igreja, nos sete primeiros séculos: excluir da comunhão os pecadores públicos e escandalosos. Não tanto quando se trata de situações irregulares na vida matrimonial e familiar, mas, sobretudo, quando estão em jogo situações de injustiça e de opressão. A Igreja e os seus ministros terão, neste caso, de armar-se de fortaleza e de liberdade, para agirem em consequência. Assim, tiranos e exploradores não se sentirão legitimados nos seus comportamentos opressores e o sacramento atuará como autêntico agente da libertação.

3. Todo o conjunto da celebração há de estar inspirado pelo projeto da liberdade. Os cânticos, as orações, as ofertas e todo o ceremonial deverão estar unidos pelo projeto libertador para que os crentes saiam de cada celebração com mais inquietação frente às suas grandes ou pequenas escravidões e com mais impulso utópico e profético, para se engajarem e se manterem na grande tarefa de libertação das pessoas e dos povos.

ílumina as mentes humanas

ética na Bíblia

Para nós cristãos, é claro que só Jesus Cristo "temos acesso à verdade sobre Deus, sobre o homem, e a possibilidade da vida verdadeira" (João Paulo II, Discurso augural, DSD, 6.3) e que esse dom Jesus Cristo não violenta nossa verdade, mas, ao contrário, a completa e plenifica. Para compreender a realidade de Jesus Cristo, partimos da Bíblia, que nós cristãos aceitamos como norma de fé e ação. Ela é esta uma experiência religiosa

rica, em que o povo de Israel e o novo "povo de Deus", a Igreja, sentem-se convocados pela iniciativa de Deus pessoal que os escolhe gratuitamente. Esta experiência da bondade de Deus gera exigências casas.

No Antigo Testamento a relação entre Deus e seu povo gera a "moral Aliança". "Sede santos, porque sou santo" (Lv 11,45; 19,2 etc.). A pressão fundamental dessa moral é o Decálogo (Ex 20,2-17 e Dt 5,21). Ele é fundado sobre a Aliança entre Deus e o povo, que ele libertou do Egito. Exprime as exigências incondicionais e, num certo sentido, mínimas para que o povo permaneça em comunhão com o seu

Deus. Afastar-se do Decálogo seria cessar de ser povo de Deus. Seria a maldição, a desgraça, a recusa da liberdade recebida. Todos os mandamentos, portanto, brotam do primeiro. Porque pertence a Deus, o povo israelita deve rejeitar a idolatria, repousar no sábado, honrar os



pais, evitar homicídio, adultério, furto, falso depoimento...

É significativo que a fidelidade ao Deus Javé se expresse mais na observância das exigências éticas do Decálogo do que em atos de culto. É o que, de muitas formas, enfatizam os profetas de Israel. (cf. Is 1,10-20; 58, 1-12; Am 5, 21-27; Os 6,6; Mq 6, 5-8 etc.). Eles revelam que Deus tem para seu povo uma missão, que se manifesta sempre mais como universal. Por isso, a conduta ética de Israel – mesmo em assuntos como falsificar os pesos ou deixar de cumprir um rito – assume um alcance extraordinário. Della depende a salvação ou a ruína de povos inteiros (cf. Am 1, 3 – 2, 16; 8, 4-8). Nunca decisões éticas limitadas e circunscritas foram investidas de tanta responsabilidade. Diante das fraquezas de Israel, os profetas prevêem uma “nova Aliança”, em que Deus escreverá sua Lei no próprio coração do povo (Jr 31, 31-34; Ez 36, 22-32), perdoando todos os pecados dele e renovando seus dons com mais generosidade ainda.

O Novo Testamento descreve a nova Aliança realizada em Jesus de Nazaré, o Cristo ou Messias, especialmente em sua morte e ressurreição. Em Jesus, os discípulos reconhecem a encarnação do Filho de Deus na humanidade e o ápice insuperável da história da salvação. O Novo Testamento atesta, portanto, em primeiro lugar, um acontecimento, um dom de Deus, a maior expressão da sua graça. Cristo é o Evangelho vivo do Pai, portanto, a “boa-nova” da realização da nova Aliança e da nova relação que Deus estabelece com o seu povo. Ela é designada como “Reino” ou “governo”

Os profetas de Israel enfatizam que a fidelidade a Deus se expressa mais na observância de exigências éticas do que em atos de culto.

de Deus, como exercício amoroso de sua sabedoria, como presença fiel do que sobre as minúcias de definitiva ao lado do seu povo, nascimentos particulares (cf. Mt 23, 23, pessoa de Jesus: “Eu estou convosco alude aos grandes profetas, ouço todos os dias, até o fim do mundo” que cita Os 6, 6). Daí também” (Mt 28,20). É uma promessa feita a concentração da Lei nos ta a todos os que se dispõem a sacerdóculos do amor, a Deus e ao gui-lo, em primeiro lugar aos pequenos, que tendem a se fundir nos e pobres.

O anúncio da aproximação e da multiplicidade das prescrições inauguração do Reino por parte de Jesus comporta, antes de tudo, os rabinos). Em Mt 22, 37-40, o anúncio profético da conversão do primeiro mandamento é tirado de Dt todos os homens a Deus, porque o: “Amarás o Senhor teu Deus de tempo se cumpriu. É sobretudo pro o teu coração, com toda a tua clamácia de felicidade para os pobres, com toda a tua mente”. Como bres e oprimidos: “Felizes vós, os Antigo Testamento, é aqui que pobres... os que tendes fome... os a “Lei” encontra o seu fundamento chorais...” (Lc 6, 20-21). Mas es-ta. Pois Deus não exige apenas que anúncio se transforma em exigências, mas a entrega ou o amor da cia ética na “moral das bem-aventura-sa enquanto tal (cf. Mc 12, 17: ranças”. Feliz é também aquele que a Deus o que é de Deus”). escolhe ser pobre, que torna humilde Característica de Jesus é a relevante e confiante em Deus o seu coração a atribuída ao segundo mandamento (Mt 5,3). Feliz é aquele que tem fomento, “semelhante” ao primeiro: me e sede de justiça (Mt 5, 6). Felizarás o teu próximo como a ti é aquele que não se limita a chorarismo” (Mt 22, 39). Na formulação mas tem (como Deus!) um coração Lucas, a articulação dos dois misericordiosos e pratica as obras de mandamentos é ainda mais clara (cf. misericórdia (cf. Mt 5, 7; Lc 6, 36; Mt 10, 15-28). Em João, o manda-25, 31ss). Feliz é aquele que promove se torna um só: “Amai-vos ve a paz e o bem (Mt 5, 9). Feliz é aos outros como eu vos amei” aquele que imita Jesus (Mt. 11, 29). 13, 24). O amor de Deus se ma-

No Reino de Deus já presente, está em Jesus, na sua doação até Lei antiga não é abolida, mas aperfeiçoa (13, 1), que coroa uma vida to-

pada (cf. Mt 5, 17-20). O Decálogo é conservado e radicalizado (cf. 5, 21-48; 19, 16-22; Mc 10, 22). As disposições antigas, que iam concessões à “dureza de coração” são revogadas (Mt 19, 1-9; 10, 1-12). Faz parte dessa busca perfeição a insistência de Jesus na interiorização da Lei (cf. Mt 18-23), retomando uma exigência dos profetas. Eles colocam o acento

Se o primeiro mandamento (o amor a Deus) era o fundamento de tudo, o segundo (o amor ao próximo) é como a regra prática: o que fazer.

da transcorrida “fazendo o bem” (At 10, 38), curando, perdoando, servindo, manifestando uma inversão radical dos valores e revelando novo rosto do Pai. Jesus se torna o modelo vivente da existência cristã segundo a vontade de Deus. Cristo é a nossa Lei (cf. 1 Cor 9, 21; Rm 10, 4; Gl 2, 19-20, Fl 1, 21).

Se o primeiro mandamento era o fundamento de tudo, o segundo mandamento – o amor ao próximo – é como a regra prática, que indica, em síntese, o que fazer: “Tudo o que desejais que os outros vos façam fazei-o vós mesmos a eles” (cf. a regra áurea de Mt 7, 12). Esta regra já aparecia em Lv 19, 18, mas o “próximo” era tomado em sentido restritivo: o concidadão, o parente, o amigo. Jesus adota a interpretação radical: todo ser humano pode ser o meu próximo; eu posso tornar-me próximo de qualquer um, inclusive do meu inimigo (cf. Lc 10, 29-37; 6, 27-35; Mt 5, 43-48). Confirma-se, assim a universalidade do mandamento de Jesus e a dimensão ética ineliminável de uma existência religiosa, onde a fidelidade a Deus passa pelo amor aos irmãos (cf. também 1 Jo 4, 20; Rm 13, 8-10; 1 Cor 13).

A ética de Jesus revela assim seu radicalismo, que não é utopia irrealizável, mas capacidade de des-

cer às raízes do agir verdadeiramente bom e justo (cf. o *Sermão da Montanha*, particularmente Mt. 5, 20-47). A ética de Jesus tem um caráter dinâmico. Consegue ser fermento que lentamente faz crescer a massa (cf. Mt 13, 33). Tem um caráter libertador, que o apóstolo Paulo ressaltará (cf. Gl 5, 1-13; 1 Cor 7, 22; 2 Cor 3, 17) e que as primeiras gerações cristãs procurarão viver com entusiasmo, apesar do contexto muitas vezes adverso. Conduz até o cristão a se superar, sob o influxo da graça, para optar por uma atitude ainda mais perfeita diante do que já é eticamente bom (cf. Mt 19,12). Ou a praticar renúncias em vista de uma realização em Cristo, na dimensão de vitória da Cruz.

Viver radicalmente a moral do Reino nas condições presentes, ainda marcadas pela presença do mal, que se mistura qual joio ao trigo (cf. Mt 13, 30), exige dos discípulos de Jesus capacidade de discernimento e de opção (cf. Mt 6, 24). O próprio Jesus deu indicações concretas a respeito do tempo atual, em que subsistem instituições deformadas pela injustiça e o pecado. Nelas o cristão deve estar presente, sem ceder à tentação de fuga, de um "êxodo" fora deste mundo (cf. Jo 17, 15). O cristão busca o que a própria sociedade pagã considera bom (Fl 4, 8), mas recusa o que é incompatível com a vontade de Deus, mesmo que isto lhe custe a perseguição e a cruz, a exemplo do Mestre (cf. Mt 10, 16-39; 1 Pd 2, 20; 3, 13-17).

Os apóstolos e discípulos de Jesus desenvolvem o discernimento e a prática de uma ética cristã, em contato com o mundo judaico e com

A comunidade apostólica de Jerusalém pratica o amor fraterno, a predileção pelos pobres, a comunhão de bens, o serviço aos mais necessitados, no respeito à diversidade de culturas.

o helenismo. Paulo vê, no dom do Espírito Santo, o dinamismo que conduz os cristãos a viver "em Cristo" (cf. Rm 6, 3-4; 8, 5-6). O Espírito é a "Lei" nova, que substitui a antiga. Ela está inscrita "não em tábuas de pedra, mas em corações de carne" (2 Cor 3, 3). Ela liberta para uma liberdade que não é libertinagem, mas chamado à solidariedade e ao serviço (cf. Gl 5, 13). O próprio apóstolo dá o exemplo: "Livre como era eu me fiz servo de todos" (1 Cor 9, 19). A comunidade apostólica de Jerusalém pratica o amor fraterno, a predileção pelos pobres, a comunhão de bens, o serviço aos mais necessitados, no respeito da diversidade das culturas (cf. At 2-6).

Sem desprezar as indicações de Deus?

ética do seu tempo, Paulo e os outros autores do Novo Testamento relacionam quais os mandamentos com que Jesus sintetiza a antiga Lei? Como se explicitam ulteriormente as orientações da vida cristã na situação histórica?

rica concreta: com relação à comunidade eclesial (1 Cor 12; Fl 2, 1-5) Quais seriam as características e as práticas dos cristãos "adultos na fé"?

Ef 4, 25-32; Cl 3, 12-17); com relação ao contrário: o que revela uma "fé infantil" em muitos cristãos?

ção à família e à vida conjugal (1 Tm 4, 3-4; 1 Cor 7, 1ss; Ef 5, 21-32) Quais são as exigências éticas que a Bíblia propõe a cada um de nós?

com relação aos deveres cívicos e "Não quero meios-fios em minhas ruas. Minhas ruas, como minhas es-

políticos (Rm 13, 1-5; 1 Pd 2, 13-17) das, não têm margens, como não têm começo nem fim..."

Uma confrontação cuidadosa con-

los aparentemente semelhantes judaísmo e do helenismo mostram as orientações cristãs divergem não apenas na motivação (religiosa cristológica), mas também em certos conteúdos. Os cristãos não permitem a consciência da incompatibilidade de ética entre suas convicções e determinados comportamentos, entre o Evangelho e o mundo, entre as do Espírito e as obras da carne (cf. Rm 12, 1-2; Gl 5). Sobretudo, ante as pretenções totalitárias idolátricas do poder político, identificado com a Besta, movido por um projeto satânico (Ap 13, 1-2), os cristãos se dispõem à resistência até ao céu.

A moral do Novo Testamento é, hoje, sua atualidade sob diversos enfoques. Enquanto voltada a uma perspectiva que valoriza integralmente a pessoa em sua solidariedade com o "próximo" e em sua inserção na história, responde às exigências da ética que hoje se faz necessária. Enquanto concentrada redor de um forte núcleo inspirador, ela pode renovar-se continuamente, questionando as determinações e aplicações secundárias, ge-

Ler e comentar: Is 1, 10-20 e 58, 1-12 O que é mais importante para

Quais os mandamentos com que Jesus sintetiza a antiga Lei? Como se relacionam esses mandamentos entre si? (Mt 22, 37-40).

Como eram as práticas e o culto, nas primeiras comunidades cristãs? (Atos 2-6).

Quais seriam as características e as práticas dos cristãos "adultos na fé"?

Ao contrário: o que revela uma "fé infantil" em muitos cristãos?

Quais são as exigências éticas que a Bíblia propõe a cada um de nós?

"Não quero meios-fios em minhas ruas. Minhas ruas, como minhas es-

políticos (Rm 13, 1-5; 1 Pd 2, 13-17) das, não têm margens, como não têm começo nem fim..."

(D. Helder Câmara)

Os cristãos têm consciência da incompatibilidade ética entre suas convicções e determinados comportamentos, entre o Evangelho e o mundo, entre as obras do Espírito e as da carne.

radas ao longo da história, no embate com as diferentes situações culturais e sociais, ainda resistentes aos valores evangélicos. Enquanto inspirada não apenas por um ideal utópico, mas sustentada e motivada pela esperança viva do Reino de Deus, manifestado na presença histórica de Jesus Cristo, a ética cristã encontra sempre novo dinamismo na busca de um efetivo reconhecimento da dignidade das pessoas e de sua solidariedade universal, sem exclusão de ninguém. Enquanto interioriza a lei, a ética cristã responde à valorização do sujeito humano e ao mesmo tempo questiona o ser humano e a sociedade acerca das raízes de atitudes e comportamentos.

Tito de Alencar Lima, O.P.
(+10/08/1974)

Tortura: a morte da ética

Quando visitei o Cardeal Arns em São Paulo este ano (1994), ele falou sobre o testemunho único que a Ordem Dominicana deu durante a época da ditadura. É um testemunho do qual toda a Ordem deveria se orgulhar e recordar. Parte desse testemunho foi a vida e morte de Tito. Não conheci Tito bem. A lembrança mais clara que tenho é a de visitá-lo em La Tourette, perto de Lyon, pouco antes de sua morte. Fui com Magno Vilela, que era amigo meu e dele. Lembro-me de sua mansidão e de sua dor.

Era a sua mansidão que o abria ao sofrimento das pessoas, e foi essa mansidão que tornou sua experiência de prisão e de tortura tão indizivelmente terrível. O primeiro desafio que Tito nos oferece é o da mansidão. Será que ousamos viver com sensibilidade? ousamos ver o sofrimento das pessoas ao nosso redor, até mesmo de nossos irmãos? Será que nos permitimos ser tocados por seu sofrimento? Ou será que temos medo de que aquilo que veríamos, se apenas olhássemos,

Fr. Timothy Radcliffe, O.P.
Mestre da Ordem dos Dominicanos

poderia perturbar nossa paz e levá-nos para onde não queremos ir?

A mansidão de Tito evocava uma além de qualquer relato. Que mansidão correspondente em seuável resposta se pode ter para irmãos. Ele nos ajudou a sermos ca-p, a não ser o mistério do bem, rinhosos de uma maneira que talvez é ainda mais profundo. O misté-nunca pensássemos ser possíve. Foi-me dito que em Paris, quando a raiva impotente que enchia os Tito não conseguia dormir por estar ruradores e que nos impeliria a cheio de pavor de seus torturadores, os irmãos se revezavam para dormir no chão do seu quarto, para lhe dar segurança, para permitir que ele se livrasse de seus medos e encontrasse o descanso de que precisava e que agora tem. Muitas vezes ofer-ecemos uns aos outros palavras, quando aquilo que é necessário é mais simples, mais tangível, é algo sem o que nenhuma palavra tem qualquer sentido. O vulnerável pode nos tornar vulneráveis. Para mim, essas histórias do carinho dos ir-mãos em relação a Tito são sinais de imensa esperança, porque sei que isso pode estar lá, para mim e para qualquer um de nós. Quem sa-be possa nos dar a coragem de nos arriscarmos a sermos feridos. Não podemos construir um mundo mel-hor e mais justo, a menos que cor-ramos o risco de sermos machuca-

Tito pode nos dar a fibra para o.

E eu fiquei profundamente im-issionado com a dor de Tito. Era a meira vez que me encontrava com alguém que havia sido torturado. Sde então, já me encontrei com ros. E, como nas vezes subse-entes, senti-me confrontado com mistério do mal. O que vi era algo que eu não poderia ter imaginado,

um ser humano pudesse fazer a um outro. Foi esse mesmo mstério do mal que nos confrontou

nos imagens de massacres em andia, as profundezas do ódio, pa-do mal deveria nos encher de ira. Foi-me dito que em Paris, quando a raiva impotente que enchia os Tito não conseguia dormir por estar ruradores e que nos impeliria a cheio de pavor de seus torturadores, os irmãos se revezavam para dormir no chão do seu quarto, para lhe dar segurança, para permitir que ele se livrasse de seus medos e encontrasse o descanso de que precisava e que agora tem. Muitas vezes ofer-ecemos uns aos outros palavras, quando aquilo que é necessário é mais simples, mais tangível, é algo sem o que nenhuma palavra tem qualquer sentido. O vulnerável pode nos tornar vulneráveis. Para mim, essas histórias do carinho dos ir-mãos em relação a Tito são sinais de imensa esperança, porque sei que isso pode estar lá, para mim e para qualquer um de nós. Quem sa-be possa nos dar a coragem de nos arriscarmos a sermos feridos. Não podemos construir um mundo mel-hor e mais justo, a menos que cor-ramos o risco de sermos machuca-

Frei Tito foi preso e torturado barbaramente pela repressão dos anos 70, nunca mais recuperando sua estrutura psicológica destruída pelos torturadores.

crucifixão e portanto essa resurrei-ção. Por isso torna-se para nós um símbolo de esperança, a esperança de que nenhuma das pessoas, que são jogadas no monte de lixo pelos torturadores deste mundo, é perdida e esquecida. Torna-se para nós um símbolo daqueles cuja dignidade rei-vindicamos, ao vermos Cristo "fla-gelado e atormentado, esbofeteado e crucificado, não uma mas um milhão de vezes", como escreveu nos-so irmão Las Casas.

Ele também escreveu: "Deus tem uma memória muito clara e viva daqueles que são os mais pequenos e os mais esquecidos". Somos cha-mados a ser a memória de Deus, mantendo viva a imagem daqueles que o mundo jogaria fora, como inú-teis. Lembramos nosso irmão Tito com orgulho e honra, e com ele re-cordamos todos os milhões de pes-soas que morrem sem nome e sem registro, mas de quem Deus não se esquece e em quem encontra sua alegria.

"Há criaturas como a cana. Mesmo postas na moenda, esmagadas de do, reduzidas a bagaço, só sabem dar doçura".
(D. Helder Câmara)

A peste

O desemprego é a peste gerada pelo modelo econômico que se impôs como vencedor da guerra fria. O estudo que a OCDE acaba de divulgar revela que há 35 milhões de desempregados nos 24 países da Europa, além de mais uns 15 milhões de pessoas que renunciaram à busca de trabalho ou sobrevivem na economia informal. O estudo elege este como o mais temível fenômeno deste fim de século, porque não existem perspectivas de reversão deste quadro perverso.

Na última conferência de cúpula dos sete países mais ricos, em Detroit, no mês passado, o desemprego acabou sendo o único tema. É o que mais assusta igualmente europeus, norte-americanos e japoneses. Os sete países contabilizam 20 milhões de desempregados.

Recentemente pudemos conviver com algumas famílias em países ricos da Europa e constatamos a onipresença dessa peste. Toda conversa doméstica de fim de noite termina com graves reflexões sobre o desemprego. O que mais assusta é perceberem que não há qualquer perspectiva de solução. Ao contrário. A peste se espalha, o seguro-desemprego explode as reservas da seguridade social, a progressiva automação segue dispensando mão-de-obra, a recessão se agrava e os

Equipe de Redac

estudosos já publicam prognósticos alarmantes: 60% dos atuais desempregados nesses países do norte jamais voltarão a encontrar trabalho até o fim de suas vidas.

A violência, o recrudescimento do racismo, as ações terroristas contra imigrantes e até o ressurgimento macabro do nazismo são algumas das consequências dessa peste, a lado da miséria explícita dos catadores de restos de comida em lanchonetes, do crescimento da prostituição e do consumo de drogas.

Ora, o desemprego e suas tristes consequências são o resultado lógico de um modelo econômico e social que pretenciosamente se proclamou como o "fim da história", a utopia realizada. É um modelo necessariamente excludente, de abastança e fastígio de minorias à custa da miséria de muitos, com a cumplicidade acomodada das classes médias que só agora se sentem ameaçadas pelo fantasma do desemprego institucionalizado e irremediável.

O Brasil tem-se deixado fascinado por esse modelo e persegue uma inserção a qualquer preço nessa teia global. Copiam-se as políticas econômicas, as tecnologias, as práticas comerciais, os modelos empresariais e os perfis dos aparelhos governamentais. São seguidas religiosamente as receitas que geraram e alimentaram

m a peste da recessão e do desemprego: Na Grande São Paulo, o termômetro do Brasil, já são mais de 2 milhão de desempregados. No Brasil, os números são imprecisos e, revelados, certamente provocam pânico. Mas já chegamos à mesma aflição: não há quem não tenha um parente, amigo ou vizinho desempregado ou na economia informal. A violência, a marginalidade, contravenção, a prostituição e outras formas desesperadas de sobrevivência tomam conta das cidades, sputando espaços com camelôs e mendigos.

A diferença entre a nossa situação social e a dos países ricos é que o Brasil ainda tem chances de escolher caminhos diferentes, adotando um modelo próprio de desenvolvimento, construir uma sociedade mais solidária e menos competitiva, renunciar às conquistas tecnológicas fascinantes mas enganosas, geradoras de desemprego e desumanização.

Talvez o desemprego devesse ser o marco referencial para essas opções, pela análise das suas consequências nos países que temos usado como modelos para o nosso futuro. Se esse for o marco adotado, todos os planos de governo dos candidatos em campanha, todas as políticas e programas econômicos e

Todas as propostas políticas deveriam ser confrontadas com a questão-chave: geram emprego ou agravam o desemprego?

sociais deveriam ser confrontados com a questão-chave: geram emprego ou agravam o desemprego?

Poderíamos absolutizar sem medo esse instrumento de avaliação: tudo que gera mais emprego honesto é intrínsecamente bom. A miséria e a fome são socorridas pela generosidade e partilha, mas somente resolvidas pelo emprego, que gera mais consumo de bens essenciais e reaquece a economia, recompõe a auto-estima e humaniza, muda a cara de uma nação.

É claro que o modelo neo-liberal e a fanática idolatria do mercado jamais caminharão nessa direção. Há que buscar formas inovadoras que parecerão heréticas para os adoradores daqueles deuses. A peste do desemprego nos países ricos do norte é a chave para desmistificar o fascínio que suas civilizações de consumo ainda exercem sobre o nosso povo.

VERISSIMO



Espiritualidade e ética

Os especialistas sustentam que é impossível entender um texto, fruto da história de um grupo humano, sem tentar detectar o contexto (meio histórico, geográfico, cultural) no qual foi escrito.

Com relação ao Quarto Evangelho (Q.E.), objeto do nosso estudo, os dados históricos de fontes externas são muito poucos. Por isso, temos que buscar no próprio texto a vida que está subjacente!

Os estudos de crítica literária, assim como os estudos de sociologia do N.T., nos ajudaram bastante a clarificar o "pano de fundo" da teologia joanina. Descobre-se uma comunidade viva, que, no seguimento de Jesus, foi realizando uma trajetória tanto existencial como espiritual.

De modo geral, a maioria dos autores sustenta que o judaísmo palestino do século I da era cristã possuía muitas formas diferentes.

Melhor seria afirmar que são "judaismos". A impressão que provoca o estudo dessa época é o de uma grande efervescência religiosa. Na Palestina do século I havia várias correntes: o judaísmo ligado ao

Extraído de "Criatividade" – Departamento de Teologia da PUC – Rio de Janeiro.

Ana Maria Tepedino
Professora do Departamento de Teologia da PUC-Rio

Templo, os fariseus nas sinagogas, em polêmica com qualquer grupo das diversas comunidades cristãs que pensasse diferente. Ainda mais nascentes, as correntes de sincrétismo oriental, as religiões de mistério, o judaísmo heterodoxo (os essênicos, 2, 11; 4, 53; 6, 14). As autoridades e os helenistas), o movimento batista, o sincrétismo judeu e as correntes gnósticas. Todas essas correntes concorriam entre si.

Breve histórico da comunidade

O cristianismo primitivo organizou-se através de pequenas comunidades, que se reuniam nas casas das famílias para rezar juntos, celebrar a Eucaristia, atender aos necessitados, colocar em comum a

memória que tinham de Jesus, manterem-se fiéis à sua doutrina através das pregações realizadas pelos apóstolos (cf. At 2, 42-44). A comunidade joanina também iniciou sua vida como grupo cristão a partir das homilias.

Nessa época, que constitui o período primitivo da comunidade, constatamos a existência de um grupo judeu-cristão, que acreditava em Jesus como "o Messias" (cf. Jo 1,35-50). O fato de acreditar em Jesus de Nazaré como o "Messias" começou

a criar problemas para esse grupo, que, embora cristão, ainda permanecia fiel ao judaísmo, participando do culto na sinagoga.

O judaísmo dessa época (aproximadamente entre 70 e 80 d.C.) viajava uma situação especial: tentava reconsolidar sua unidade nacional social e religiosa, depois da queda de Jerusalém e da destruição do Templo em 70 d.C. Por isso, esses deuses, especialmente representados pelo grupo de fariseus, que mantinham as sinagogas, entravam em polêmica com qualquer grupo que pensasse diferente. Ainda mais que o grupo joanino parece que conseguia a fazer muito sucesso (cf. At 2, 11; 4, 53; 6, 14). As autoridades farisaicas, preocupadas com a ortodoxia religiosa, depois de um período de discussões, acabam por expulsar esse grupo.

A "expulsão da sinagoga" inicia um novo período na comunidade e tem consequências psicológicas, sociais, teológicas e econômicas. Para poder superar o trauma e animar, fortalecer e encorajar a comunidade a continuar fiel ao seguimento de Jesus, foi escrito, nessa época, o evangelho.

Outros grupos parecem ter entrado na comunidade nesse período: os "helenistas" (judeus que criticavam o Templo, cf. At 8, 1ss), os samaritanos (cf. Jo 4, 42) e outros gentios.

Esses estrangeiros foram bem acolhidos pela comunidade joanina, mas fizeram com que ela começasse a ser perseguida e, inclusive, alguns membros chegaram a ser mortos como (cf. Jo 16, 2).

Quanto mais a comunidade joanina é perseguida, mais gloriosa-

As comunidades cristãs se reuniam nas casas para rezar, celebrar a Eucaristia, atender aos necessitados e colocar em comum a memória de Jesus e sua doutrina.

mente vai interpretando a Jesus de Nazaré. Para isso, utiliza vários títulos honoríficos. Passa de Messias a Profeta, a Filho do Homem. Cada um desses títulos possuía um conteúdo compreensivo e comunicativo naquela época.

Esses problemas externos e a luta para superá-los deram coesão ao grupo. No entanto, quando a situação começa a ficar mais calma, aparecem desavenças internas na comunidade, que caracterizam o período tardio da sua história. Os novos membros que não haviam participado desde o princípio das experiências e sofrimentos vividos pela comunidade, começam a interpretar a Jesus de modo unilateral, enfatizando a sua divindade e desvalorizando sua vida terrena. Para o cristianismo, a vida e morte de Jesus são salvíficas e nenhuma pode ter seu valor diminuído. Na busca de enfrentar esse problema, são escritas as Cartas, que têm como objetivo articular corretamente a vida terrena e a compreensão gloriosa de Jesus de Nazaré.

Trajetória existencial e trajetória espiritual

A trajetória existencial da comunidade joanina, isto é, tensões e dis-

cussões com os fariseus, luta com a sinagoga, perseguições e, finalmente, as divisões internas, reflete-se, como veremos, na maneira de viver e professar a fé. Portanto, a trajetória existencial condiciona a trajetória espiritual e nos possibilita entender que o fundamental para esse grupo era seu amor por Jesus, sua fé e confissão, vividas num contexto de polêmica.

O Q.E. realiza uma fusão de horizontes: o da vida de Jesus e o da vida da comunidade, que se fundem num terceiro, que aparece no texto do evangelho. Essa operação hermenêutica opera uma interpretação de etapas de tal maneira articulada que se torna quase impossível uma adequada distinção entre Jesus e a comunidade. Esse texto oferece uma compreensão crente da realidade de Jesus, na qual se explicita o Jesus confessado e a comunidade confessante.

Os estudos sobre a história da comunidade joanina nos ajudam a entender a articulação que a comunidade ia realizando entre a experiência pela qual passava e a sua maneira de compreender Jesus Cristo, isto é, entre sua trajetória existencial e sua trajetória espiritual.

Cristologia

Através dessa dupla trajetória (existencial e espiritual), a comunidade vai explicitando sua fé em Jesus, através de uma progressão de títulos cristológicos.

A grande questão que o Q.E. busca responder é a pergunta "Quem é Jesus?". Deixando de lado as formulações dos evangelhos sinó-

As situações vividas pela comunidade de João, nas discussões com os fariseus, luta com a sinagoga, perseguições e divisões, refletem-se no modo de viver a fé.

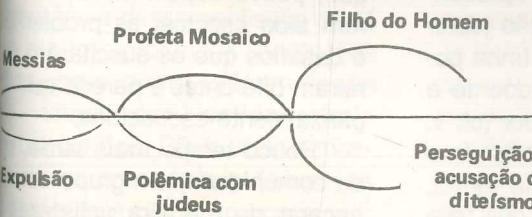
ticos, a comunidade joanina vai elaborar uma resposta própria, fruto de sua experiência pessoal de Jesus e das circunstâncias e conflitos que teve que viver. Os especialistas que trabalham hoje a questão histórica subjacente ao Q.E. provam que a identidade de Jesus foi elaborada em polêmica com o meio circundante.

Parece que a pergunta "Quem é Jesus? Será ele o Messias?" era o debate no qual a comunidade era colocada em confronto com a sinagoga. A expulsão da sinagoga, realizada pelas autoridades farisaicas, parece ser um trauma, que, além de tornar a comunidade marginal, do ponto de vista social, cultural e econômico, ainda fez com que fosse questionada na sua tradição de fé, o que trouxe como consequência uma crise de identidade. Para sobreviver enquanto grupo e não perder sua maneira própria de ser, assim como para não desanimar em sua caminhada no seguimento de Jesus, a comunidade é forçada a repensar sua fé e sua maneira de compreender "Aquele Homem" (cf. Jo 9, 11).

Em consequência, esse grupo começa a buscar uma interpretação madura de sua expressão e essa busca levou-o a novas formulações cristológicas. Pode-se sugerir um reforço entre Cristologia e expe-

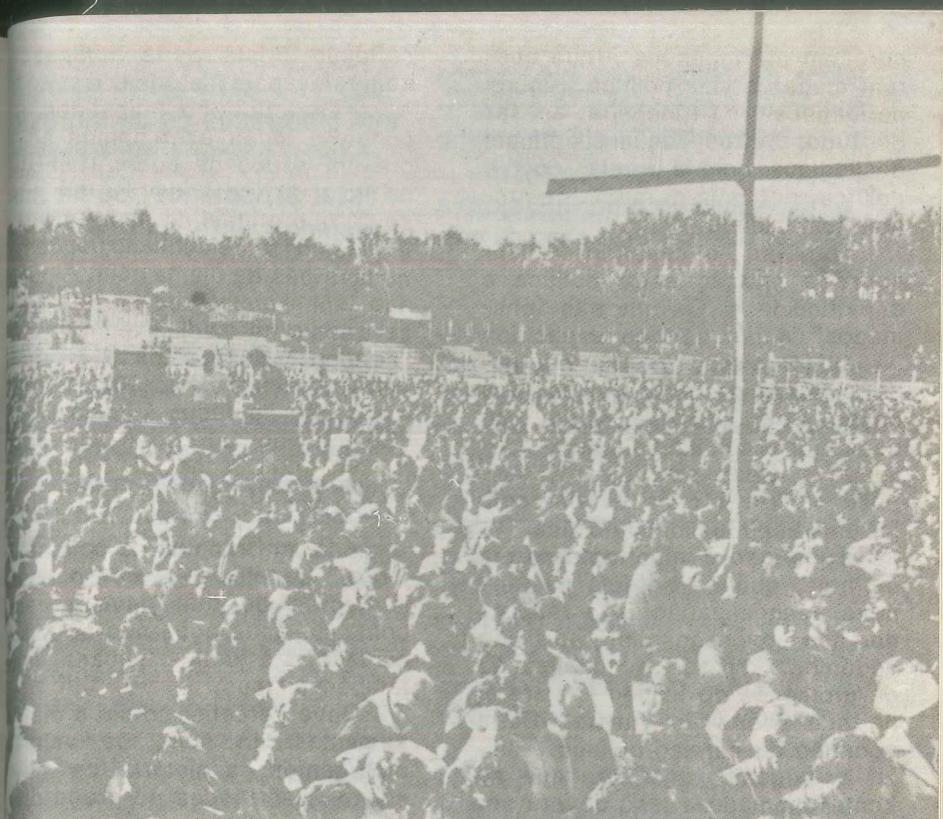
riencia social. Isso significa que uma compreensão de Jesus, e provoca uma determinada experiência social negativa, e, por isso, o repensar essa compreensão e negar a uma nova explicação. Por vez, esta provoca outra reação, e faz aprofundar mais e, assim, sucessivamente.

Num esquema gráfico, poderíamos apresentar assim:



O judaísmo é uma religião monoteísta.

Por isso, perseguiu quem lhe parecia adorar dois deuses (diteísmo).



Esse quadro nos revela que a pergunta pela identidade de Jesus não era absolutamente teórica ou abstrata, mas possuía uma significação prática e imediata para a vida das pessoas e para a sobrevivência do grupo.

Inúmeras vezes, no decorrer do evangelho, o autor coloca na boca de pessoas afirmações progressivas para responder à pergunta pela iden-

tidade de Jesus. Com isso, parece querer nos demonstrar o processo que a comunidade viveu, para tentar compreender "Aquele Homem".

O capítulo nono do Q.E. ajuda a perceber o processo: o cego de nascença experimenta o amor transformador de Deus em Jesus, que o faz ver, isto é, ultrapassar seu problema/sofrimento físico e, a partir daí, reconhecer que esse homem chamado Jesus (cf. Jo 9, 11) veio de Deus (v. 33), pois no interrogatório que lhe fazem os fariseus progride na sua compreensão e reconhece e proclama Jesus como Profeta (v. 176). Assim, com uma coragem espantosa, ousa questionar e ironizar as autoridades (cf. v. 11, 15, 17, 24-33), que, furiosas diante dessa insolênciaia, acabam expulsando-o da sinagoga.

Essa trajetória fez com que a comunidade aprofundasse a fé e chegasse a um novo título, o Filho do Homem, como se lê no texto: “Jesus ouviu dizer que o haviam expulsado. Encontrando-o, disse-lhe: ‘Crês no Filho do Homem?’ Respondeu ele: ‘Quem é Senhor, para que eu nele creia?’ Jesus lhe disse: ‘Tu o estás vendo, é quem fala contigo!’ Exclamou ele: ‘Creio Senhor!’ e pros-trou-se diante dele” (v. 35-38).

Esses versos nos revelam a verdadeira fé joanina, que é penetrar no mistério de Jesus e adorá-lo, atitude que é devida a Deus.

O cego de nascença é apresentado como símbolo do cristão joanino. Ele, o oposto de quem tinha poder na sociedade, que era doente e por isso considerado pecador (cf. v. 34: "Tu nasceste todo no pecado e nos ensinas?"), ignorante da lei (cf. v. 49), simboliza a coragem que teve

"Como faces de uma mesma moeda, crer e amar devem estar articulados. Só há crer quando existe amar e vice-versa"

a comunidade (pequena e periférica) de enfrentar a sinagoga, a fim de afirmar sua maneira radical de compreender Jesus de Nazaré e o Deus que através dele se revela, mos dar mais um passo nas trajetórias existencial e espiritual, ao considerarmos outro momento: o dação interna, revelado na Primeira carta de João. Essa situação parece

No cego curado se expressa o ocorrido devido às concepções glória de Deus, isto é, a transformação lógicas diversas, em consequência que Deus opera nele por natureza de interpretações distintas poder suportar o sofrimento de sua Q.E. e que terão implicações práticas, especialmente os maiores, pois provocam posturas éticas diferentes.

A história do cego é a história Diante dessa situação, o autor da comunidade e da sua saída. Per Primeira Carta de João vai elaborarmos, então, que no processo de uma posição que se baseia na compreensão de quem é Jesusmória da história de Jesus e da quanto mais perseguida é a sua prática redentora/libertadora, munidade, mais gloriosa vai sermo assinalamos anteriormente, tornando sua cristologia, até que viram Jesus viver e morrer ponto de proclamar Jesus como dia tinham problema com a sua vino (cf. Jo 20, 28). manidade e os judeus nunca ne-

Na verdade, para aqueles que eram esse fato. O problema surge haviam convivido com ele, não havendo que vieram a crer na sua dinecessidade de enfatizar a humanidade; então, sua humanidade se dade de Jesus. O importante era sua um problema para alguns cristianos blinhar todo esse processo da traição.

O autor escreve a Carta paraclaro o verdadeiro sentido da

No entanto, alguns especialistas falam de uma teologia do evangelho: o Jesus chamam a atenção para o fato de se encarna é o Cristo da glória que, pouco depois de os textos terem sido escritos, as problemáticas e desafios que os suscitaram se tocam. Ela tem profundas conotações naram diferentes e parece que foram esquecidos, pois quem crê em Jesus parcialmente esquecidos. E viver em solidariedade

Pouco tempo mais tarde, dentro os irmãos. Deve viver o mandado comunidade, um grupo começo hento do amor mútuo: "Amai-vos encarar de maneira unilateral a d aos outros como eu vos arnei".

ndade de Jesus. Essa é a problemática que subjaz à Primeira Carta de João, que estudaremos a seguir.

er e amar

Continuando dentro do marco
histórico da comunidade joanina,
mos dar mais um passo nas traje-
rias existencial e espiritual, ao
considerarmos outro momento: o da
são interna, revelado na Primeira
Carta de João. Essa situação parece
ocorrido devido às concepções
sistológicas diversas, em conse-
nência de interpretações distintas
da Q.E. e que terão implicações prá-
ticas, pois provocam posturas éti-
cas diferentes.

Diante dessa situação, o autor da Primeira Carta de João vai elaborar uma posição que se baseia na susmória da história de Jesus e da sua prática redentora/libertadora. Assim assinalamos anteriormente, é que viram Jesus viver e morrer e tinham problema com a sua humanidade e os judeus nunca ne-

queiram esse fato. O problema surge
avisois que vieram a crer na sua di-
anidade; então, sua humanidade se
sua um problema para alguns cris-
ajes.

ma O autor escreve a Carta para
xar claro o verdadeiro sentido da
statalogia do evangelho: o Jesus
d e se encarna é o Cristo da glória
te morre por nós (cf. Jo 1, 14-16).
icamportância dessa confissão de fé
toue ela tem profundas conotações
rísticas, pois quem crê em Jesus
e viver em solidariedade

ntm os irmãos. Deve viver o mandamento do amor mútuo: "Amai-vos uns aos outros como eu vos arnei".

Quem crê em Jesus deve viver em solidariedade com os irmãos, segundo o mandamento do amor mútuo.

Esse escrito (I João), que muitas vezes é considerado um verdadeiro comentário do evangelho, buscando esclarecê-lo, vai demonstrar a força da ética (amar) no evangelho da espiritualidade (crer). Esta é a síntese do ser cristão: “crer em nome do Filho Jesus Cristo e amar-vos uns aos outros” (1 Jo 3, 23). O crer correto deve transbordar no amor mútuo.

O texto de 1 João é um documento que revela uma polêmica dentro da comunidade, entre um grupo, o do autor, e um outro, que está se desviando da verdadeira doutrina, contra o qual o autor polemiza. Parece que uma parte da comunidade está esquecendo o papel salvífico e mediador da vida e morte de Jesus Cristo.

Segundo o autor da epístola, os adversários alegam que possuem comunicação direta com Deus e que não têm pecado. Essa atitude não leva em consideração a vida e morte de Jesus, como único caminho que possuímos para chegar a Deus (cf. Jo 1,8). Por isso, vai ser enfatizada a expressão permanecer em Jesus (1 Jo 2, 27c), na sua palavra (1 Jo 2, 5), no seu mandamento (1 Jo 3, 22) como meio de chegar a Deus.

Permanecer no amor significa acolher o convite do dom de amor do Pai, que é oferecido através da

vida e morte de Jesus Cristo, o Filho.

A fundamental exigência para permanecer no amor de Jesus é o amor mútuo dos discípulos. A espiritualidade verdadeira se torna visível através da ética comunitária e solidária. Os discípulos demonstram que amam o Pai e Jesus, amando-se entre si (cf. Jo 15, 4). “Deus é Amor. Quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele” (1 Jo 4, 8, 16).

Essa prática do amor mútuo, da comunhão entre os membros da comunidade (cf. 1 Jo 1, 7), parece que estava falhando (cf. 1 Jo 3, 17; 4, 20). Daí a insistência sobre a necessidade do “amor mútuo”.

A insistência sobre esse ponto nos leva a perceber que a maneira de entender e crer em Jesus tem consequências práticas, éticas. Uma fé espiritualista em Jesus (isto é, somente na divindade) não tem uma tradução palpável no comportamento das pessoas. Ao passo que uma fé na vida concreta de Jesus nos leva, necessariamente, a um compromisso amoroso e solidário com os irmãos, até à doação da própria vida. Pois “tendo Jesus amado os seus, amou-os até ao fim” (Jo 13, 1).

Crer e Amar são as duas faces da mesma moeda e as duas palavras se intercambiam. Devem estar tão fortemente articuladas, que só existe o crer quando existe o amor e vice-versa. Para exemplificar, o autor afirma que "sabemos que passamos da morte à vida porque amamos aos irmãos" (1 Jo 3, 14) ou porque "guardamos a sua palavra e o seu mandamento (1 Jo 2, 5). Diante de uma situação de divisão, o autor acentua o amor como única maneira

A espiritualidade verdadeira se torna visível através da ética comunitária e solidária.

de demonstrar a fé em Deus através os/as e marginalizados/as. Essa de Jesus Cristo. O amor é entendido a foi reveladora da realidade mais não como algo sentimental, mas funda de Deus, que é amar as como relação mútua entre pessoas, turas e o mundo e, através desse unidas pela força da palavra de or, nos tornar participantes no Deus. No A.T., para corresponder ao plano de amor, fonte e inspira- amor gratuito de Deus (Héseo, para a nossa maneira concreta pessoa deveria praticar a justiça e amar. direito (Mishpat e Sedaquah). Por tanto, nada mais contrário à mensa

Conclusão

Carta como uma espiritualização do amor. Justamente, ele luta contra uma concepção espiritualizada quando afirma: "Se alguém diz que ama a Deus mas não ama o irmão, porque os que não amam os irmãos que vêm, como podem amar a Deus a quem não vêm?" (Jo 4, 20). Essa rápida abordagem tem o objetivo demonstrar que é impossível crer em Jesus e, através de crer no Pai, sem amar os irmãos, sem se solidarizar com as pessoas que sofrem e passam necessidade, sem praticar o amor e a justiça, sem dar vida e dar a vida.

"... que nosso amor não seja de Jesus deu. Crer e Amar são as frases e palavras, senão de obras faces da mesma moeda. Crer que são fruto da verdade" (1 Jo, 3:18). Amar. Dessa forma, a Carta articula duas realidades aparentemente

"... se um homem tem vida reias, a espiritualidade e a ética, solvida neste mundo e contempla, como vimos, são complementares entre si. E é de grande utilidade que o homem, em suas entradas, seu irmão que passa necessidade, como é possível que A experiência de Deus gera em habite em seu coração o amor de Deus?" (1 Jo 3, 17). Como se traduz na prática o s

Portanto, não se trata de uma teorização sobre o amor, mas de uma maneira de concretizá-lo na prática, através do exemplo que foi sua vida concreta, terrena, de Jesus de Nazaré, e seu modo de amar e ser amado.

Esse é o critério do comportamento ético: "andar como ele (Jesus) andou" (1 Jo 2, 7), "amar como ele amou" (1 Jo 3, 16) "ser justo como ele foi justo" (1 Jo 3, 17).

Jesus viveu praticando o bem (At 10, 38), realizando "boas ações", sempre em atitude de amor solidariedade com os/as mais so-

...os/as e marginalizados/as. Essa
a foi reveladora da realidade mais
lunda de Deus, que é amar as
turas e o mundo e, através desse
or, nos tornar participantes no
plano de amor, fonte e inspira-
ção para a nossa maneira concreta
de amar.

Essa rápida abordagem tem
como objetivo demonstrar que é im-
possível crer em Jesus e, através
de, crer no Pai, sem amar os ir-
racionais, sem se solidarizar com as
pessoas que sofrem e passam ne-
cessidade, sem praticar o amor e
a justiça, sem dar vida e dar a vida

de Jesus deu. Crer e Amar sao as faces da mesma moeda. Crer e Amar. Dessa forma, a Carta articula duas realidades aparentemente

A experiência de Deus gera em

Como se traduz, na prática, o s
Como o fazemos?
Como vivenciar de uma forma m
diversas situações de nossas vidas

"Ao carro empacado, bastou um p
mas cansadas e vencidas, basta p

Lutar pelo bem das pessoas e por uma condição digna de vida para todos é a maneira de tornar Deus visível no mundo.

nós o amor fraterno. Para viver a espiritualidade e ter comunhão com Deus, temos que lutar para que haja vida, luz, justiça e amor no mundo. Portanto, nada de espiritualização e, sim, realidades bem concretas.

Para vivermos a fé como discípulos/as de Jesus, devemos amar-nos uns aos outros como ele nos amou. E amar não é, para os escritos joaninos, algo piegas e sentimental, mas algo que empenha toda a vida. Seguir Jesus é realizar hoje suas opções. Seguir seus passos dentro das coordenadas do nosso tempo. Não adiantam belos discursos, devemos amar por ações e em verdade (cf. 1 Jo 3, 18).

Lutar pelo bem das pessoas, por uma condição de vida digna para todas, é a maneira de expressar nossa união com Deus e a maneira de visibilizar Deus no mundo. A fé e o amor devem nos comprometer e engajar na luta pelo bem comum.

Como se traduz, na prática, o seguimento de Jesus, em nossos dias?
Como o fazemos?

Como vivenciar de uma forma mais efetiva o mandamento do amor, nas diversas situações de nossas vidas?

"Ao carro empacado, bastou um pequeno empurrão de um carro amigo. mas cansadas e vencidas, basta por vezes ainda menos" (D. Helder Câmara)

A responsabilidade da Igreja

A Igreja sente-se responsável, perante Deus, não somente por anunciar a mensagem evangélica, mensagem de graça e esperança, mas também por indicar princípios e normas morais, tanto no plano individual quanto na ordem social, na medida em que os considera necessários à salvação que anuncia e ligados a direitos fundamentais das pessoas.

Na sociedade brasileira, nas últimas décadas, o Episcopado tem-se esforçado especialmente para expressar as "exigências cristãs de uma ordem política" e as "exigências éticas da ordem democrática". Em geral, seu ensinamento e sua atuação parecem contar com a aprovação e a confiança de grande maioria dos brasileiros, o que torna ainda maior a nossa responsabilidade perante a questão ética.

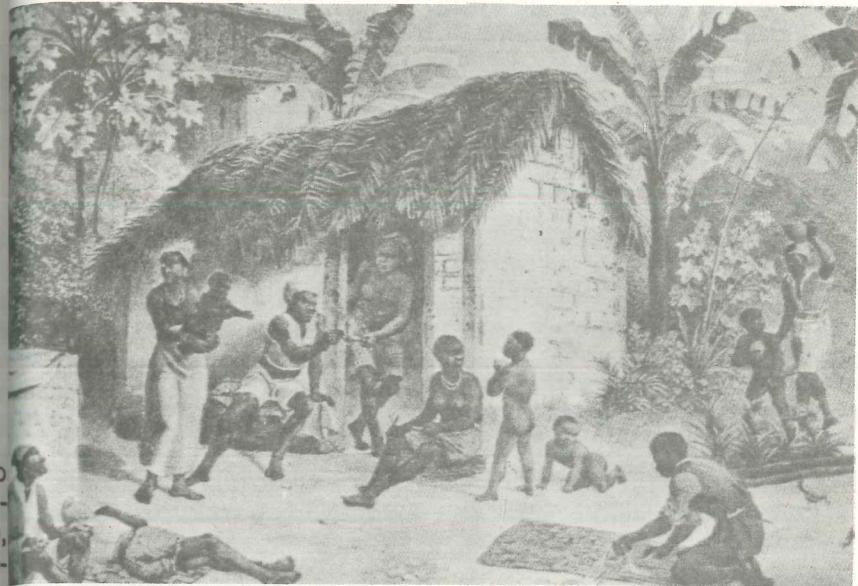
Na sua história, porém, a Igreja faz também experiência da "distância que separa a mensagem que ela revela e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho é con-

fiado" (*Gaudium et Spes*, 43, par 6).

A recente Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Santo Domingo (1992), constatava a "realidade de um Continente no qual se dá um divórcio entre fé e vida ao ponto de produzir clamorosas situações de injustiça, desigualdade social e violência" (*Conclusões*, 24). Muitos se perguntam por que um Continente, que se diz cristão, apresenta situações de desigualdade entre as mais extremas e trágicas do mundo. A resposta envolve, sem dúvida, dados históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Mas é preciso reconhecer também o "divórcio entre fé e vida". Uma das causas desse divórcio

está na separação que se criou, até hoje, entre leigos e clero, ficando esse último com a responsabilidade da reflexão teológica e ética, enquanto o povo cristão se alimentava mais de devoções do que de uma espiritualidade de atuação cristã na família, na profissão, na economia, na política, na cultura...

Essa situação nos impõe, hoje, uma revisão de atitudes do passado e a criação de novas atitudes, como por exemplo:



Alguns aspectos da moral tradicional foram usados até mesmo para justificar a escravidão, o racismo e as desigualdades sociais.

- a superação da distância entre clérigos e leigos, hierarquia e poder, intensificando a comunicação e o互換, fazendo participar ativamente os cristãos, engajados nas responsabilidades terrestres", da elaboração de orientações éticas adequadas à sociedade presente e futura;
- a revisão de alguns aspectos da moral tradicional, que foram utilizados para justificar a escravidão, o racismo, o machismo, a desigualdade, a violência, e hoje exercem influência negativa na avaliação do ser humano, da sexualidade, da dignidade

da mulher, da dívida da sociedade para com os discriminados de ontem e de hoje;

- a revisão de uma moral individualista, demasiadamente centrada nas questões pessoais ou privadas, em detrimento de uma ética social e política, que se torne alma de uma atuação corajosa e lúcida dos cristãos na edificação da sociedade e da cultura;

- a busca sempre renovada dos ideais e valores evangélicos, para não se deixar subjugar pelo sistema econômico e político.

Surpresa e alegria

Tomamos conhecimento, através de uma separata do Boletim do Celam – (março 1994 – nº 259) Seção de Pastoral Familiar – SEPAF – Paternidade Responsável – de que os pontos que sempre orientaram nossas reflexões, muitas delas publicadas nesta revista, desde os primeiros números, aparecem agora, publicados pela Conferência Episcopal Latino Americana.

Não estamos enfatizando aqui a procedência de nossas reflexões – longe disto! – mas a alegria que sentimos ao constatar que, mesmo separados pelo espaço e pelo tempo, mesmo possuindo dons e carismas diferentes, mesmo trilhando caminhos diversos, laicato e hierarquia podem encontrar-se.

Descobrimos maravilhados, mais uma vez, a ação sempre presente do Espírito Santo que, como diz João em seu Evangelho, sopra

José e Beatriz Reis
Presidentes do IBRAF

onde e como quer, e nunca podemos saber de onde vem e para onde vai.

É baseados nessa reflexão do Celam que elaboramos esse artigo que agora lhes apresentamos. Claro que a publicação do Celam é muito mais ampla e mais rica, abrange perspectivas e assuntos que, nessas nossas reflexões, não aparecem na alça de mira. Limitamo-nos ao assunto que, para este número da revista, nos pareceu mais candente, mais oportuno, mais necessário, mais desafiador. Citamos várias partes do documento fonte, resumimos e comentamos outros. E oferecemos vocês, com toda humildade, o que nele descobrimos, convidando-os a alegrarem conosco, dando, ao mesmo tempo, graças ao Senhor que reparte seus dons como quer, fazendo todos eles convergirem, em sua diversidade, à construção de seu projeto de amor e salvação.

Existe, na etapa agrícola, uma economia de subsistência condicionando uma organização social que dava a uma aproximação da terra e uma aproximação necessária ao sustento diário.

Para responder a essa necessidade surgiu o tipo de família extensa e usava seu grande número de homens no trabalho da lavoura.

Esse tipo de família, cada vez mais raro hoje, permanece atual em algumas comunidades indígenas.

A revolução industrial mudou to-

lçando vôo

Estatísticas demonstram a existência de mudanças importantes e profundas na fundamentação ética, os valores axiológicos e, por consequência, na própria moral. Essas mudanças se refletem nas relações intra e extra familiares e sociais, nas vivências e papéis sexuais, nas características e permanência da cidadabilidade, nas fontes laborais, na aterñidade, nas políticas demográficas.

Esses fatos, facilmente verificáveis, são entrelaçados e interdependentes, numa relação de causa e efeito. Para que possamos compreender essa relação de interdependência, de causalidade e efeito existente entre a dinâmica social e familiar, para que possamos compreender a crise em que hoje se encontra a estrutura familiar vigente, temos de tomar consciência das etapas guiadas pela evolução histórica acontecida através dos tempos.

Podemos resumir essa evolução considerando-a em três etapas: etapa agrícola, revolução industrial, era informática.

Existe, na etapa agrícola, uma economia de subsistência condicionando uma organização social que dava a uma aproximação da terra e uma aproximação necessária ao sustento diário.

Para responder a essa necessidade surgiu o tipo de família extensa e usava seu grande número de homens no trabalho da lavoura.

Esse tipo de família, cada vez mais raro hoje, permanece atual em algumas comunidades indígenas.

A revolução industrial mudou to-

Mudanças na fundamentação ética se refletem nas relações sociais e familiares, nos papéis sexuais, no casamento e na paternidade.

do o eixo da vida social estabelecendo padrões ou parâmetros capazes de favorecer as estruturas necessárias à expansão e permanência do sistema capitalista. Esse sistema exige produção em massa, critérios de intercâmbio com políticas sociais afins, criação de indústrias nacionais e multi-nacionais, respaldando-se e estimulando-se mutuamente, bem como bancos nacionais e transnacionais para administrar o capital daí resultante. Supõe ainda o sistema capitalista a criação da figura do consumidor, a criação de padrões estandartizados, de produção em larga escala, de pautas uniformes para todos os demais aspectos da vida social.

Surge, como consequência, o fenômeno da urbanização, compreendida como concentração crescente da população, como reunião dos produtores-consumidores em um único local – o que os torna estreitamente dependentes. Criaram-se, ao mesmo tempo, meios massivos de comunicação social, compostos de um emissor capaz de influenciar e mesmo orientar milhares de receptores, sempre passivos, destinados a fomentar o aumento do consumo, respondendo assim às exigências de sustentação das indústrias.

Nova visão panorâmica

Surgiu então, como resposta às necessidades criadas pela revolução industrial, a concepção e promoção de uma diferente estrutura familiar, difundida pelos meios de comunicação então existentes, em resposta à delimitação dos novos padrões básicos do comportamento, nas áreas social, individual e familiar.

Considerada como célula da sociedade, a família tornava-se garantia de sua estabilidade. Era construída e mantida como base desse novo tipo de sociedade que aos poucos se formava, garantindo a permanência da era industrial, eixo em torno do qual tudo principiou a girar.

Tudo isto nos leva a compreender que jamais poderemos falar de um protótipo de estrutura familiar. As evoluções históricas geram crises que abrem caminhos a novas e variadas formas de estruturas familiares, como respostas às expectativas da sociedade, dos indivíduos que a compõem e dos compromissos e esperanças dos grupos familiares.

Com a rapidez e profundidade da evolução moderna, a diversidade dos tipos existentes de famílias é tão ampla que é quase impossível delimitá-la. Novas estruturas desistem, de certo modo, tipos de relacionamento e de papéis anteriormente vigentes.

Cada nova estrutura (...) exige seu próprio pacote de papéis e rede de intercâmbios apropriados. O novo papel da mulher exigindo capacitação em áreas antes reservadas apenas aos homens, levaram-na a exigir seus direitos, a questionar posicio-

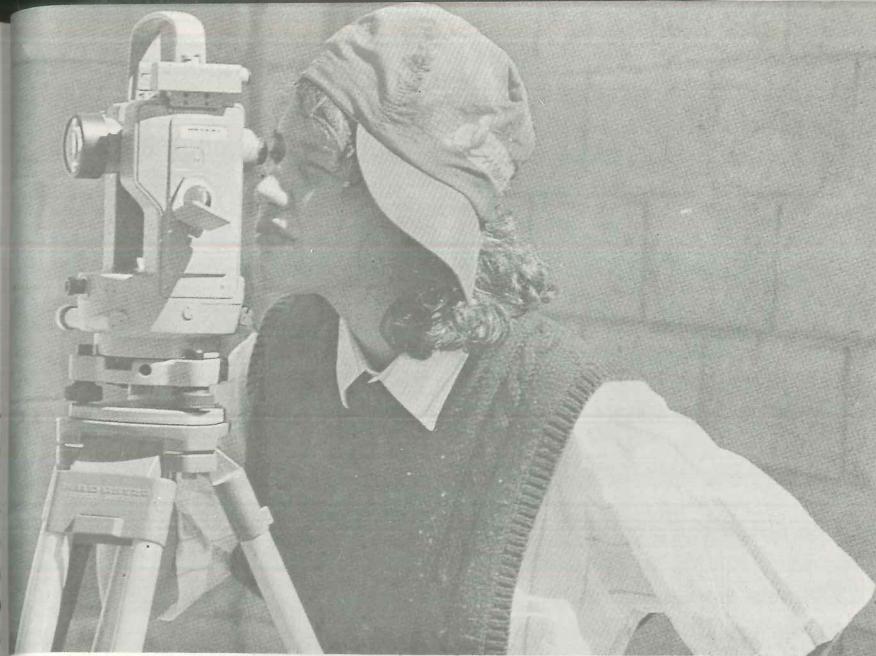
Mudam os papéis na família: a mulher passa a planejar o número de filhos e separar o prazer sexual da procriação.

namentos anteriores, a tomar decisões, assumindo papel social mais significativo.

Surge, em consequência, modificação ostensiva no relacionamento e nos papéis assumidos pelo grupo familiar: a mulher passa a planejar o número de filhos de acordo com as exigências de seu novo papel social, a limitação do número de filhos gera novo tipo de conduta dentro do grupo familiar. E, ao mesmo tempo, assume a mulher uma participação mais ativa em sua vida sexual, reivindicando o direito à plena satisfação do prazer, considerado de modo independente da procriação. Nasce daí o processo da identificação dos sexos. Então já não podemos falar de virtudes ou comportamentos exclusiva e fundamentalmente femininos ou masculinos, e surge o homem capaz de participar dos trabalhos domésticos, da educação dos filhos, desenvolvendo suas capacidades de ternura, paciência, disponibilidade, serviço e delicadeza."

Os filhos, nascidos nessa época, devem assumir às vezes o papel de "pais de si mesmos", devem aprender a realizar tarefas domésticas, a tomar grandes e pequenas decisões, a responsabilizar-se por si mesmos.

"A responsabilidade que devem assumir ao tornar essas decisões os



mulher se capacita para atividades antes reservadas apenas aos homens, conquistando direitos negados no passado.

crescer muito mais rapidamente e o menino de épocas anteriores, quando desafiado a assumir papéis adultos, sendo muitas vezes coados em igualdade de condição com os adultos."

Então, como acontece com a mulher "atreverem-se a questionar e a safiar seus pais, a colocar em tela juizo sua honestidade como ornadores da sociedade, começam a reger suas vidas por suas próprias bases, a partir de seus próprios valores. Sentem-se autorizados a escar, em outros lugares, a companha que necessitam e não obtêm seus pais, a formar seus próprios círculos sociais, apressando-se a iniciar experiências sexuais de adultos, que se sentem adultos, sem lhes portar ter ou não ter obtido sucesso".

Aterrizando...

"Aprova essa situação a falta de preparação que tiveram os pais para assumir a mudança dos elementos necessários para guiar adequadamente suas famílias dentro dessa estrutura tão diferente da que foi a sua. Isto se reflete no fato de que os filhos tendo que assumir as funções anteriormente descritas, se tenham visto submetidos a grande pressão emocional, geradora de grande ansiedade", levando-os a recorrer, com maior freqüência, a soluções nocivas, oferecidas a eles pela própria indústria, drogas, sexo sem medida, violência enlatada nos vídeos, ingresso no mundo da delinqüência em todas as suas manifestações. Buscam assim uma oportunidade de

equilibrar-se, de esquecer o que tanto os assusta, de sentir sua retaguarda protegida, sentindo-se, de alguma maneira, acompanhados."

Estes são, mais ou menos, os papéis e as redes de relações cristalizadas na época atual, com os quais nos devemos enfrentar. Esses papéis e essas redes de relações se apoiam em valores que foram surgindo a partir das experiências vividas ao longo da história.

De pés fincados na terra

25% da população da América Latina está entre 15 e 24 anos de idade. Isto significa que existe uma proporção de 10 milhões de jovens que significam a terça parte da força de trabalho do continente.

"Nunca, como hoje, a juventude exerceu influência tão marcante no mundo e na tomada de posição. Demonstram falta de conformidade, rebeldia e o que eles denominam contestação.

Muito daquilo que é estabelecido ou institucionalizado é questionado, o que dá origem a uma brecha aparentemente inconciliável entre as gerações."

Nessa recusa às instituições a família foi, logicamente, uma das instituições afetadas. Vive hoje a família, como instituição, com características legais, uma crise de identidade ante o questionamento da juventude. A instituição familiar caiu em descrédito, é atacada em seu estilo de vida e em seu comportamento.

Defende-se, ao máximo, o amor. Mas não se aceita a monogamia ofi-

A família-instituição legal vive hoje uma crise de identidade ante o questionamento da juventude.

cial imposta. Considera-se que a família se instalou e não mudou, não assumindo o ritmo das exigências para adequar-se à necessidade dos tempos."

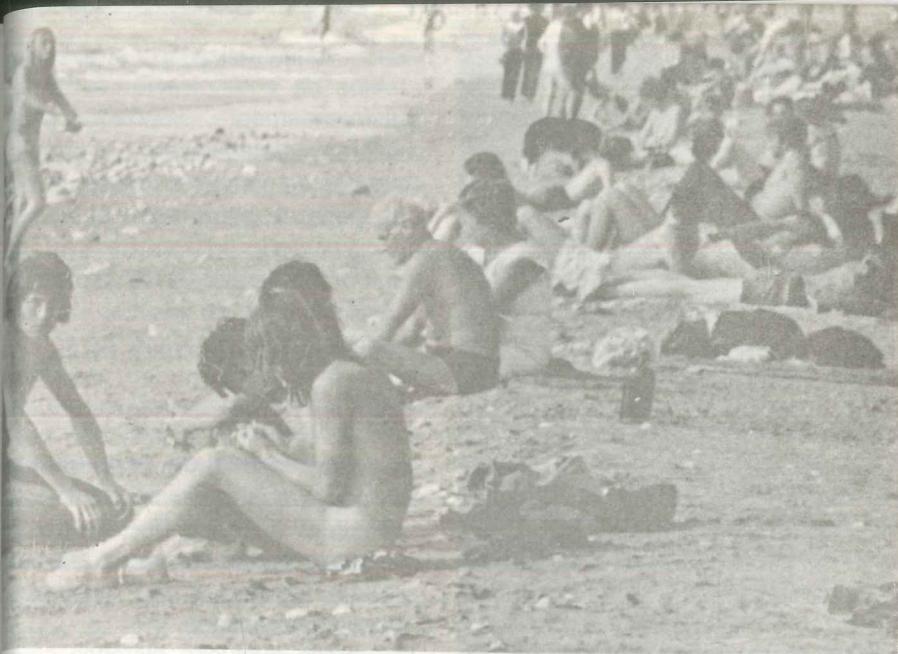
Tudo isto nos mostra a existência de mudanças significativas em nossa história, a nível axiológico, ético e moral.

Visão panorâmica

Valor significa tudo aquilo que tem significado para o homem e para a sociedade.

A partir dos valores se estabelecem acordos entre as pessoas, acordos destinados a fazê-los respeitar. Acordos que se traduzem em normas de comportamentos, parâmetros para a opção ante diferentes situações, guias para uma atitude adequada em relação com cada valor aceito como tal, contidos dentro do que podemos chamar uma estrutura moral."

"Podemos compreender então a moral como um código que pretende ajudar o homem em busca de sua perfeição – fruto de sua própria experiência de vida, de sua vontade de crescer, tanto em nível pessoal quanto comunitário – e a ética como a filosofia dos valores que lhe deram origem."



Os jovens questionam códigos morais tradicionais, manifestam inconformidade e rebeldia, que denominam "contestação".

Há 500 anos atrás o homem luso-americano possuía sua própria escala de valores, totalmente diferente da do europeu. Este, descobrindo a ética e a alteridade proposta pelo evangelho, num surto de autocracia e totalitarismo, se promoveu a si mesmo como paradigma de excelência, desautorizando qualquer axiologia pré-existente, substituindo-a por sua própria perspectiva. Estabeleceu, como único e verdadeiro padrão, seu próprio código moral dando assim nascimento a uma nova moral que se reflete naturalmente na vida familiar tanto dos estrangeiros quanto dos nativos.

Os primeiros se protegiam com norma eclesiástica de constituir a família a partir do vínculo sacramental e, ao mesmo tempo, não viam

"Com o desaparecimento da escravidão e a consequente libertação



A industrialização impôs a massificação, com apoio nos meios de comunicação social, uma forma velada de escravidão.

do povo latino-americano e o reconhecimento de suas nações com seus respectivos direitos, a dupla moral aprendida no decorrer da história se institucionaliza também na era industrial, tornando-se presente em nossas famílias e em nossa sociedade.”

“A pessoa que cresceu entre esses parâmetros, enfrentando essas realidades, toma consciência, progressivamente, de sua individualidade e de sua importância como pessoa, da forma velada de escravidão presente na massificação imposta

pela industrialização através dos meios de comunicação social que, disfarçadamente, impõem pseudo-valores, estabelecem e impõem normas de comportamentos, levando as pessoas a tomarem atitudes incongruentes, em contradição com sua autêntica escala de valores.”

Novos valores, nova ética, nova moral

As famílias de hoje formadas pelos jovens e novos adultos, necessitam de outro tipo de compromisso, e percebem que a antiga estrutura familiar já não responde às suas necessidades.

Essa evolução histórica causou um imenso vazio nas legislações e códigos morais vigentes, levando as sociedades e as instituições a se questionarem, a aceitarem a necessidade de se reformarem. Isto fez com que tenham surgido, em vários países da América Latina, um movimento de revisão das próprias constituições nacionais, enquanto surgiam, em plano internacional, novos pactos que procuravam responder às necessidades que se faziam sentir. Dentro desse movimento geral de revisão, ocorreu a reforma do próprio Direito Canônico.

“No entanto, apesar de toda a sua boa vontade, a Igreja Católica não consegue livrar-se de uma visão distorcida da autoridade, da responsabilidade pastoral, da participação dos diversos setores de sua comunidade e sua doutrina termina por ser apresentada também de modo distorcido, por uma falta de percepção coerente e clara da realidade.”

“A América Latina está empe-

nhada na volta da ética da alteridade, ética fundamentada no amor a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a si mesmo. Ética que considera o homem – cada homem – em sua realidade pessoal e coletiva, não apenas como elo da massa uniforme mas como uma imagem de Deus de quem é Filho.”

“O latino-americano de hoje está à procura de um Deus encarnado, não de um Deus distante que justifica as bandeiras que libertam a uns e escravizam a outros que exigem de uns e toleram em outros o que nos primeiros condenaram.”

“O homem latino-americano atual está em busca da verdade, dentro de si e nos outros, em sua própria experiência de Deus. Resiste, por isso, em aceitar camisas de força, uniformes ou imposições.

Nega-se, por isso, a matricular-se em qualquer corrente empenhado-se, ao contrário, em romper com todas as estruturas, tradições e linhas de pensamento. Por isso a América Latina está em crise. É por isso que hoje, como Igreja, não podemos dar respostas velhas, distantes da ética da alteridade que é a ética evangélica. Ética do OUTRO,

- *Quais os valores éticos permanentes que sobrevivem às mudanças culturais, ao longo da história?*
- *Nos tempos atuais, alguns desses valores têm adquirido mais vigor do que no passado? Exemplos.*
- *Como dar respostas novas a situações novas, segundo a ética evangélica?*

“O fruto mais belo da liberdade é o poder de ser verdadeiro”. (Jean de Müller 1752-1809).

Os meios de comunicação social impõem falsos valores, normas de comportamento levando as pessoas a atitudes contrárias à sua escala de valores.

com maiúsculas.”

“Deus e a ética do OUTRO – o homem – de Deus presente nele e em sua história, ao longo de todo o tempo, mas profundamente desconhecido pela imensa seqüência de equívocos”.

E agora?

Depois dessas observações que procuramos transmitir a vocês com toda honestidade, os senhores Bispos do Celam nos colocam diante de uma pergunta crucial:

“Esta é a oportunidade que temos para perguntar a nós mesmos: estamos preparados para optar, para dizer “sim” ao Senhor como ele o quer, ou continuaremos a lhe dizer “sim, mas como nos convém”?

A partilha do abraço e do pão

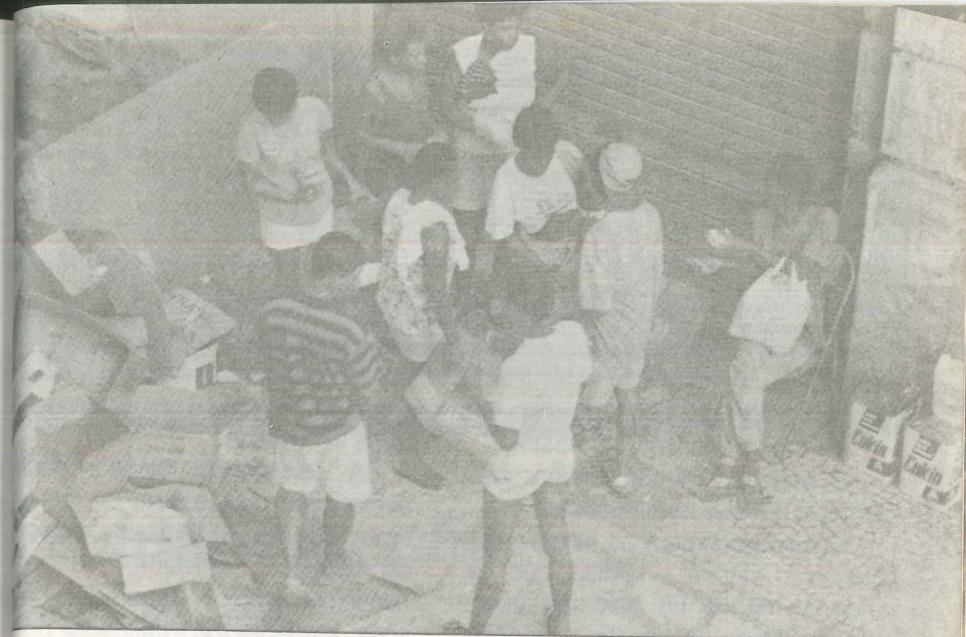
Carmem e Antônio Galvão
Movimento Familiar Cristão/RS

De alguns anos para cá crescem em intensidade os postulados sobre a necessidade de partilha dos bens. Na verdade, esta necessidade possui duas vertentes: a primeira, mais importante, é a exigência evangélica da caridade, da acolhida e da solidariedade, como reflexo humano do amor e misericórdia de Deus. A segunda, decorrente da primeira, é imposta pela crescente e assustadora incidência de miséria e indigência.

Já nem falo em pobreza ("pobres sempre os tereis", miseráveis e indigentes), mas não naquela situação de penúria quase absoluta que vive grande parte de nossa população. A Igreja católica, cônscia do problema, a partir do encontro em Puebla (México, 1979) fez a célebre e pouco compreendida "opção preferencial pelos pobres". Digo célebre pois retirou bispos, padres e leigos, de comensais assíduos das mesas da burguesia, para o contato com os mais pobres, favelados, excluídos.

Digo pouco compreendida pois foi, em alguns segmentos, radicalizada e levado a extremos de exclusão. Opção preferencial denota uma preferência por alguém mais

fraco, jamais, porém, uma exclusão dos demais. Se tiver que haver uma exclusão do rico, como alguns mais afoitos têm preconizado, será feita pelos próprios ricos que, tendo alguns (não todos), seus próprios deuses, acham que podem desprezar o Verdadeiro. Na verdade, no discurso dessas opções há um pouco de hipocrisia. Os mesmos segmentos que produzem o discurso em favor dos pobres, esquecem a opção pelos jovens, igualmente preferencial a partir de Puebla. Tudo isso por quê? Porque optar (como alguns pensam que é essa opção) pelos pobres é mais fácil. Basta mandar um "ranchinho" com meia dúzia de pacotes, vez que outra, para a casa do pobre. A opção pelos jovens requer mais trabalho, mais presença e – sobretudo – mais coerência; por isso tal opção foi esquecida (pelo menos pelos radicais). Dou exemplo: através de uma multinacional conseguiu-se uma oferta semanal de alimento. Fomos a uma comunidade de Canoas (onde residí) e ofereci à "Pastoral da Caridade" aquela vantagem. Tal "pastoral" dá um sopão aos pobres, na quarta-feira à tarde. Ora, dar comida uma vez por sema-



Meninos de rua, nas grandes cidades, recolhem restos de sanduiches, nas portas de lanchonetes.

a é muito pouco. A proposta possilitaria o fornecimento do mesmo pão diariamente. Sabe qual foi o "espacho" do presidente da comunidade? "Impossível! Vai quebrar louça da paróquia, sujar o salão, iar tumulto. Além disto, não há gente para trabalhar". Por causa disso, irmãos nossos vão continuar a assar fome, numa sociedade hipórita, em que comitês, grupos, pastóis e sociedades secretas limitam-se a um assistencialismo formal, breve, evasão e de temporal circunstancialidade. Ou seja, coisa efetiva e continuada (como são a fome e a indigência), nem pensar. Enquanto essas opções não deixarem de ser eras campanhas (e como tal insitórias) para se converterem em áxis (atividade consciente, eficaz

e continuada), a caridade não passará de um discurso, maléfico e divorciado da realidade. Partilhar não é dar esmolas quando se quer ou se tem moedas sobrando no bolso. Partilhar é engajar-se na causa dos indigentes. E o rico que a ela adere, torna-se igualmente "pobre em espírito" e, como tal, merecedor do Reino dos céus. Esta é a verdadeira opção, que se concretiza pela partilha do pão (que é mais fácil, vem do bolso) e pela partilha do abraço (mais difícil, vem do coração). Dizemos isto com liberdade, pois não somos ricos, mas não se agüenta mais ouvir pessoas a confundir o evangélico amor preferencial pelos pobres, com atitudes cíclicas, privatizantes, excludentes e, via de regra, hipócritas.

Melhor que o pão é a sua partilha".

(D. Helder Câmara)

Família: berço da ética

Equipe de Redação

A família é uma espécie de plataforma de lançamento dos filhos para a sociedade. O ser humano é um ser social, ensinam os mestres.

O pequeno mundo familiar não basta para a sua humanização.

O poeta compara os filhos a flechas, cujo arco é a família, que os lança ao mundo. Os pais são os arqueiros. Deles se espera o cuidado na preparação de flechas resistentes e boa pontaria.

Entretanto, cada flecha terá suas particularidades. Não haverá duas iguais. A pontaria, a força do braço que verga o arco, o vento e os obstáculos que cruzam os ares não serão sempre os mesmos.

Cada filho, na verdade, escolherá seus caminhos, segundo sua vocação. Mas haverá uma base comum, forjada na família. São os princípios éticos, a consciência crítica desenvolvida no diálogo familiar, o inconformismo frente às injustiças, o espírito de serviço e solidariedade

- Como estamos educando nossos filhos?
- Que dificuldades são hoje maiores, na educação dos filhos?
- Como transmitir valores e princípios éticos aos nossos filhos? Quais, especialmente?

"Aquele que deve estar à frente de todos os crentes, deve ser eleito por todos os crentes". (Papa São Leão, século V).

aos mais fracos e pobres, a visão cristã do homem e do mundo e a compreensão profunda do projeto de Deus ao criá-los.

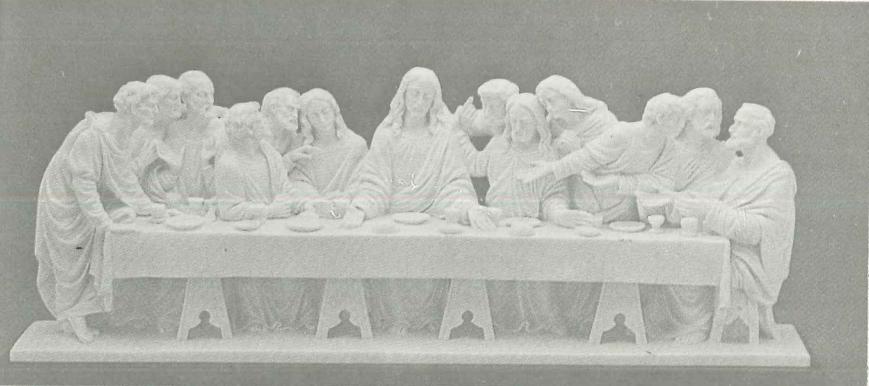
A convivência familiar deveria ser sempre uma escola de justiça e amor, de neutralização do egoísmo, de respeito à dignidade do outro, de conscientização e superação de visões ingênuas da realidade, de vivência da liberdade e responsabilidade.

E, envolvendo tudo isso, seja um espaço de crescimento e amadurecimento da afetividade e da capacidade de amar.

Com essa base comum, as flechas podem ser lançadas, em diferentes direções, tornando os rumos que suas particularidades indicarem.

Mas onde quer que caiam, serão Marcos e instrumentos de humanização dos homens e da sociedade.

Instrumentos de concretização do projeto de Deus para os homens e o mundo.



Teologia do pão partido

Fr. Clodovis Boff
Teólogo

Dar pão ao faminto: haverá religião que não ordene esse preceito? religião bíblica, expressa no judeo-islamismo, que permanece como orrente profunda no subsolo da cultura ocidental, dá a esse mandamento particular relevância. É oportuno reavivar o significado da teologia bíblica relativa ao pão partilhado, fim de dar maior descortínio e novas motivações à "ação da cidadania contra a miséria e pela vida".

De fato, pertence às promessas messiânicas "saciar os famintos". A libertação da fome é a libertação plena. Esta também vem incluída no projeto de Deus sobre o mundo, que as Escrituras chamam de reino de Deus. Ali não há lugar para fome. Em seu Cântico de Libertação, Maria de Nazaré proclama que Deus "encheu de bens os famintos"

(Lc 1,53). E Jesus, em seu discurso inaugural, apresentando sua "plataforma messiânica", prega: "Felizes vós, que tendes fome, porque sereis saciados!" (Lc 6,21). O Cristo se apresenta como o que vem trazer a fartura e a alegria aos necessitados. A boa-nova aos famintos passa pelo pão que sacia a fome. Já na "multiplicação do pão", o Messias se mostra em plena ação libertadora, saciando o povo faminto, como Moisés no deserto (Mc 6,32-44). E o povo o entendeu, pois saiu para levar Jesus e aclamá-lo rei (Jo 6, 14-15). Na "oração do discípulo", síntese da espiritualidade cristã, encontra-se incluído esse pedido muito realista: "O pão nosso de cada dia nos dai hoje" (Mt 6,11). Pão aqui é evidentemente o símbolo do conjunto das necessidades materiais.

Justamente, pão do Reino mes-

siânico é o pão "nossa". Ele existe para ser partido e repartido entre os irmãos. É mediação de solidariedade. "Reparte o pão com o faminto" – grita Isaías (58,7). Ao que Jesus faz eco no episódio do pão multiplicado com a ordem peremptória: Dai-lhes vós de comer! (Mc 6,37). Dirigia-se aos discípulos, que queriam ver-se livres do povo com fome. Mais: no faminto é ele, o Messias-rei, que passa fome: "eu tive fome, e (não) me destes de comer" (Mt 25,35 e 42). Portanto, o pão é para ser repartido em fraternidade. A mesa do Reino é a mesa a que todos podem se sentar. O pão se come entre irmãos, "em companhia", como muito bem exprime a palavra "companheiro". O "meu" pão do egoista é apenas o pão que enche o estômago, mas não nutre o coração na fraternidade. O pão messiânico é sem fronteiras: há de ser repartido com todos, sem discriminação alguma, até com inimigo faminto, como lembra Paulo, repetindo Provérbios: "Se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer" (Rom 12,20 = Pv 25,11).

É igualmente da mais alta significação que o rito central da Comunidade messiânica – a Igreja – seja uma refeição, onde se partilha entre irmãos o pão sagrado e o cálice da bênção. E desde sempre, no mesmo contexto da eucaristia, se recolhem oferendas para os pobres, para manifestar que a Comunhão sacramental é total, isto é, a comunhão ao Pão de Cristo está indissoluvelmente unida à comunhão com os pobres através da partilha dos bens deste mundo.

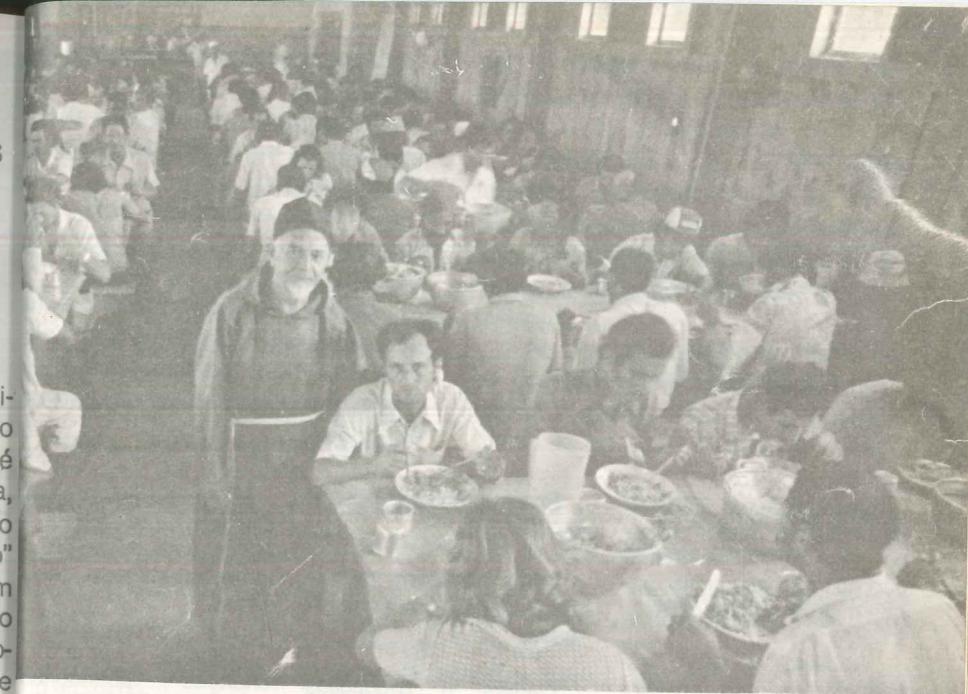
E a imagem mais freqüentemente usada por Cristo (mais de uma

É altamente significativo que o rito central do Povo de Deus seja uma refeição em que se partilham o pão e o vinho.

dúzia de vezes) para exprimir a felicidade definitiva é exatamente a do banquete no Reino, onde a comida é abundante e convivência fraterna, plena. Certamente, os que estão passando pela "grande tribulação" da miséria, bem como os que com eles se solidarizam, sabem muito bem o que significa a suprema promessa: "Já não terão mais fome nem sede, nem cairá sobre eles o fome de justiça e sol nem calor algum. Pois o Cordej-solidariedade.

ro... os apascentará e guiará às fontes de água da vida. E Deus enxugará toda lágrima de seus olhos" (Ap 7,16-17). Ao contrário, o rico egoista vive somente de pão, mas de terá por sorte a sede ardente noda a palavra que sai da boca de mundo inferior. Ele que tinha negaddeus" (Mt 4,4: cf. Dt 8,1 seg.). Mas a Lázaro até as migalhas de sua mesa, agora, "entre as chamas" impestre o convida a "buscar o pão plora que ao menos venham "refresque dura para a vida eterna". (Jo 16,27). car-lhe a língua com a ponta do de molhado". (Lc 16,24).

Entretanto, a tradição bíblica prospecta ainda outro tipo de fome prova de que se é habitado por a fome da palavra divina, do pão da fome maior – a "fome de justi- celeste. Como dizia o poeta cubano José Retamar. "A fome do pão senão. Limitar-se, porém, a partilhar sacia, mas a fome de beleza é infinita". Uma fome não substitui a outra. Antes, a fome de pão, saciada, abre se para uma fome mais alta: a fome do sentido derradeiro, o desejo divino, a busca do amor pleno. Depois de um jejum de quarenta dias



O de comer a quem tem fome é prova de ter uma fome maior: fome de justiça e solidariedade.

o pão material e, pior ainda, empantanar-se pesadamente na escravidão do consumismo é preparar-se a pior das frustrações: "Comereis tanto que a carne vos sairá pelas narinas e causará náuseas" (Nm 11,20). Em vez disso, a solidariedade aparece como o princípio da felicidade geral, dos outros e própria. Como afirmou Paulo em seu "testamento apostólico". "Eu vos mostrei como é preciso socorrer os necessitados, recordando as palavras do Senhor Jesus, que disse: "Há mais alegria em dar do que em receber" (At 20, 35).

*De que diferentes maneiras podemos vivenciar a partilha, como "marca registrada" dos cristãos?
O que celebramos na Eucaristia? O que dá sentido à nossa participação na Comunhão?*

O Jogo da Ética

Necessidades básicas de habitação, saúde, higiene, saneamento e educação não são atendidas, para a maioria da população.

Trabalho escravo, trabalhadores sem carteira assinada e salários simbólicos.

Influência dos meios de comunicação social a serviço de interesses de grupos poderosos.

Comércio internacional desonesto e expoliador entre nações ricas e pobres.

Ricos cada vez mais ricos, à custa de pobres cada vez mais pobres.

Modelo econômico neo-liberal excludente e concentrador de riqueza.

Crescente violência nas cidades e no campo.

Aumento do consumo de drogas e do poder dos traficantes.

Devastação da natureza e desperdício dos recursos naturais.

Vamos propor-lhes um jogo instrutivo.

Para jogar em família ou noutra mais remota de uma causa seu grupo, comunidade ou movimento. Ou consequência

A regra é simples: aqui estão dezenas de mosaicos, com dados da realidade.

Cada jogador escolherá um mosaico, e tentará associar a ele o maior número possível de outros mosaicos que tenham relação com o escolhido.

Essa relação pode ser de causa ou consequência, ou, ainda, entre a causa e a consequência.

O jogador deverá justificar essas relações de causa e consequência.

Cada mosaico vale um ponto.

Isso, o jogador tentará justificar isso, o jogador tentará justifi-

Enorme dívida externa do país.

Elevado número de desempregados e subempregados.

Cartéis e oligopólios manipulam e impõem preços de produtos essenciais de consumo.

As pessoas se movem pelo egoísmo, buscando tirar vantagem em tudo.

Arrecadação de impostos insuficiente para atender às necessidades básicas do povo.

33 milhões de brasileiros passando fome.

Muitos políticos apenas defendem seus interesses pessoais.

Elevado nível de corrupção na administração pública e empresas privadas que negociam com governo.

Sonegação de impostos como prática generalizada, insensibilidade de consciência do sonegador.

Falta de informação e mecanismos de alienação, dificuldade de acesso aos, manejados por inteiros para o exercício deles políticos e econômica, uma paternidade responsável.

Elevado número de crianças abandonadas, meninos-de-rua e altas taxas de mortalidade infantil.

Orientações doutrinárias das Igrejas inadequadas às realidades do povo.

Política agrária inadequada à realidade rural do país.

Sistema eleitoral vulnerável ao poder econômico à influência dos meios de comunicação social.

Imaturidade afetiva social, infantilismo na comunicação e no amor.

Crescente número de separações e divórcios.

Preparação para o casamento imperfeita ou inexiste.

Machismo ainda presente e forte em nossa cultura.

Desvalorização da ajuda mútua, do trabalho em equipe, da ação cooperativa.

Formação religiosa imperfeita, fé infantil e descomprometida com a humanização.

A supervalorização do ter em relação ao ser.

A mentalidade de que os fins justificam os meios.

Sociedade materialista, consumista e hedonista – busca desenfreada de prazer.

Modelo de sociedade permissiva, falsos conceitos de liberdade.

Mais de 1 milhão de abortos clandestinos por ano.

Impunidade de corruptos, contraventores e criminosos.

Obras públicas mal executadas, com material de má qualidade, e prejuízo para o povo.

car a relação entre o maior número possível de mosaicos e o primeiro mosaico escolhido.

Depois de cada rodada, cada jogador apresentará suas propostas de mudanças de atitudes e ações concretas capazes de reverter o quadro ético por ele retratado.

Ao fim de algumas rodadas, os pontos são apurados e o vencedor é proclamado como o jogador mais conscientizado do grupo.

A descrença na ação da polícia e da justiça.

Depredação das coisas de uso público, pichação, lixo.

Dominação, exploração, opressão nas relações entre os homens, e entre o homem e a mulher.

Discriminação racial explícita ou mascarada, preconceitos camuflados.

Busca de riqueza, poder e prestígio social, a qualquer preço.

Modelo de sociedade individualista e competitiva.

Prostituição infantil e juvenil.

Desumanização das relações humanas.

Perda de valores éticos, morais, religiosos.

Alimentos comprados e estocados pelo governo apodrecem em armazéns.



22
SEXTA
eia e assine

fato
e razão

MA REVISTA PARA LER
ELER E GUARDAR

Por que a ética foi jogada para escanteio?

Os historiadores dirão que a combinação de índios, negros e portugueses só podia dar nisso. Os filósofos atribuirão ao sucesso, entre nós, da escola cínica fundada por Antístenes, discípulo de Sócrates. Os cientistas políticos acusarão o golpe de 64 e os liberais apontarão para as fraquezas da condição humana. Qualquer pedestre ou transeunte, porém, poderá afirmar que não há código de ética capaz de resistir à brutal desigualdade social e econômica deste país.

Os pobres se desembargam da ética ou porque tendem a reproduzir a ideologia dominante (e

ela não tem sido pródiga em exemplos de integridade social ou por concluírem que honestidamendas e assinaturas podem ser feitas por de não enche barriga? A classe ou carta à Livraria do MFC: média abandona a ética em troço Espírito Santo, 1059/1109 30.160-031 de sonho de enriquecimento, ilícito Horizonte MG de preferência, ilícito se não hou 31) 222-5842 ver outro jeito. Os ricos desprezam a ética porque tudo é muitatura - 4 números: R\$ 10,00 fácil para eles. É preciso que no avulso: R\$ 3,00 sos parlamentares e juízes de trôo atrasados disponíveis, sujeitos a bunais se apercebam que, nurimação. país em que o salário mínimo não chega a 100 dólares, seus ganhos são poucos éticos.

Fonte: Baseado no artigo de Carlos Eduardo Novaes, publicado no Jornal do Brasil em 15/5/92.



**Por que a ética foi
jogada para escanteio?**

Família: berço da ética

**Questões éticas na
Conferência do Cairo**

Espiritualidade e ética

Tortura: a morte da ética

Igreja e ética

**Promoção dos valores
éticos**

A ética na Bíblia